

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**MERI ELEN WITT DOS SANTOS**

**COOPERATIVISMO RURAL EM ITATI: MODELO DE GESTÃO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Santo Antônio**

**2017**

**MERI ELEN WITT DOS SANTOS**

**COOPERATIVISMO RURAL EM ITATI: MODELO DE GESTÃO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharel em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Coorientador: Tutor Tiago Lemões da Silva

**Santo Antônio**

**2017**

**MERI ELEN WITT DOS SANTOS**

**COOPERATIVISMO RURAL EM ITATI: MODELO DE GESTÃO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharel em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin  
Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. João Dornelles Ramos  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pois ele me capacitou cada dia nesta etapa do meu aprendizado. Pelos dias de nervosismo e ansiedade que provaram a minha fé.

De maneira especial, quero agradecer ao meu esposo Adiecson, que esteve ao meu lado nos dias bons e ruins. Que me acompanhou nas visitas aos entrevistados e nas correrias no andar desta pesquisa. Sempre otimista, não me deixou desanimar e nem duvidou do êxito desta pesquisa.

Não poderia deixar de salientar, que sem o apoio da minha família esta etapa da minha vida não seria ultrapassada. Desta forma, agradeço por aguentarem minha falta de paciência e pelos momentos em que não pude me fazer presente. Neste processo, minha mãe foi à base, sustentação e sabedoria, no qual muito orou por mim.

Ainda, quero agradecer todo o apoio, incentivo e disponibilidade da família Ronaldo Tita, que cobriram as minhas faltas no trabalho, com a finalidade de esta pesquisa ser realizada.

Por fim, agradecer a UFRGS pela oportunidade de ter contato com uma realidade totalmente diferente da minha, mas que me deu uma nova perspectiva de mundo e futuro.

## RESUMO

Esta pesquisa buscou entender como o cooperativismo no município de Itati interferiu nas diversas esferas do desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, sendo elas tratando-se do desenvolvimento rural, do desenvolvimento regional e da sustentabilidade dos sistemas envolvidos. O cooperativismo em Itati, criado inicialmente para a manutenção das famílias em termos de sobrevivência, demonstrou-se posteriormente fundamental para o desenvolvimento local dos atores rurais. Neste processo de crescimento local, observou-se ainda que a gestão exercida pela cooperativa, em estudo, exibiu um modelo de ações que interligava o crescimento econômico, a sustentabilidade, a fortificação da agricultura familiar, juntamente a uma administração arrojada e inovadora, fazendo com que a Coomafitt se tornasse uma cooperativa muito conhecida no estado do Rio Grande do Sul e fora dele, denotando uma forma de cooperativismo de sucesso.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Regional. Gestão. Agricultura familiar.

## ABSTRACT

This research aimed to understand how the cooperative movement in Itati municipality interfered in the various spheres of social, economic, cultural and environmental, with them in the case of rural development, regional development and sustainability of the systems involved. Cooperatives in Itati, initially created for the maintenance of families in terms of survival, it was demonstrated later fundamental to the local development of rural actors. This local growth process, it was observed also that the management exercised by the cooperative study, showed a pattern of actions that linked economic growth, sustainability, fortification of family farming, along with a bold and innovative management, making that Coomafitt became a well-known cooperative in Rio Grande do Sul state and outside, denoting a form of successful cooperatives.

**Keywords:** Cooperativism; Rural Development; Regional development; Management; Family farming.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População total, trabalhadores urbanos, rurais e êxodo rural do município de Itatí/RS.....	34
Gráfico 2 – Possíveis propriedades dos associados à Coomafitt em sucessão.....	35
Gráfico 3 – Resultado qualitativo quanto à evolução da qualidade de vida dos sócios.....	50

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Percentual de sócios por gênero.....	30
Tabela 2 – Estratégias de gestão para cada elemento influenciador dos associados.....	51



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAAF – Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul

CEASA/RS – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A

COOMAFITT – Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPVIVA – Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte

EMATER/RS – Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

RedeCoop - Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>ALGUNS ASPECTOS DA COOPERAÇÃO NA REGIÃO DE ITATI.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>O ADVENTO DO COOPERATIVISMO EM ITATI.....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>AVANÇOS SOCIOECONÔMICOS FRENTE A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO.....</b>	<b>27</b>
4.1	A questão de Gênero.....	27
4.2	Participação.....	30
4.3	Juventude rural.....	31
4.4	Êxodo Rural.....	33
4.5	Agroecologia.....	35
4.6	Gestão.....	40
4.7	Intercooperação.....	41
<b>5</b>	<b>RESULTADOS ECONOMICOS E SOCIAIS RODUZIDOS PELA COOPERATIVA.....</b>	<b>43</b>
5.1	Sucesso.....	43
5.2	Desenvolvimento econômico.....	43
5.3	Qualidade de vida.....	45
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE I – Modelo de entrevista sócio fundador (histórico da cooperativa).....</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE II – Modelo de entrevista sócio produtor.....</b>	<b>63</b>
	<b>APÊNDICE III – Termo de consentimento informado, livre e esclarecido.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando iniciamos nossa fala sobre o cooperativismo, o que nos vem à mente são instituições das mais variadas, onde o sistema imperativo é a cooperação entre seus agentes, para o alcance de seus objetivos. Em se tratando das cooperativas no âmbito agrícola, ao imaginá-las, pode nos ocorrer imagens como sistemas de produção agrícola, a utilização de máquinas, a produção de alimentos em geral, sua logística e comercialização.

Mas realmente quem tem produzido grande parte dos alimentos que estão nas nossas mesas diariamente? Será que a agricultura empresarial, dotada de grandes estruturas, com vastas propriedades, máquinas agrícolas de última geração e infraestruturas suntuosas, pode dar conta de toda a demanda por alimentos?

Vejamos que um volume destacado da produção para alimentação dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar. É ela que supre a maior parte do que os brasileiros consomem diariamente. Este dado é apresentado pelo Portal Brasil, com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde referem que cerca de 70% dos alimentos consumidos no país são oriundos da produção da agricultura familiar.

Para a produção do que acabamos de referir, o agricultor pode fazê-lo autonomamente, ou estar inserido em sistemas de organização social associativos, que o permite, junto com outros agricultores, produzir e comercializar seus produtos. Muitas vezes o agricultor autônomo, individual, é mais suscetível às distorções que ocorrem nas transações comerciais, o que restringe sua renda e possibilidades de crescimento. Nesta ótica, alguns autores como Faria (1995), Guazzi (1999), e tantos outros, visualizam como vantajoso os sistemas associativos pela integração e pertencimento a um grupo de produtores com a mesma finalidade. Esta alegação se firma nas palavras de Sperry (2001) dizendo que:

O agricultor familiar, tradicionalmente isolado e carente de recursos para adquirir bens de produção para produzir e comercializar, encontrou essa solução na organização coletiva, por meio da qual alcançou a figura jurídica de que necessitava para ser reconhecido pela sociedade. Ao organizar-se coletivamente [...] tem tornado possível às práticas de compra e venda e que, ao mesmo tempo, favorece o desenvolvimento econômico e social (SPERRY, 2001, p.1).

Nesta ótica, surgem então as associações e cooperativas como mecanismos de combate e de inversão das dificuldades dos trabalhadores rurais. Notadamente vemos que o cooperativismo tem uma importância ímpar, haja vista que atualmente 48% de tudo que é produzido no campo, em território nacional, acabam por ter tido passagem por alguma

cooperativa (MAPA, 2017), além de que, elas movimentam aproximadamente 11% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário brasileiro. Estes são dados apresentados em termos de crescimento econômico, mas o cooperativismo não se restringe apenas a questões econômicas e mercadológicas, ele também impressiona no que diz respeito às contribuições a sociedade.

As cooperativas interferem diretamente na solidariedade e na união, almejando o alcance de um propósito comum, tanto que se valem de alternativas mais igualitárias, democráticas e sustentáveis. Sendo assim, as cooperativas têm um forte elo com a sociedade, pois dela se origina e por ela seus interesses se baseiam, ou seja, antes da cooperativa crescer além de suas “portei­ras” elas precisam desenvolver a comunidade onde estão inseridas. Elas estão comprometidas com a localidade e com o desenvolvimento da sua região, tanto que para atingirem seus objetivos, precisam estar atentas as adversidades e peculiaridades locais, a fim de explorar suas potencialidades por meio de estratégias de negócios, sem que isso acarrete no comprometimento a cultura, aos costumes, a essência local.

Por isso o cooperativismo não pode apenas ser intitulado como um atributo para a melhoria de renda, nem mesmo um preceito filosófico, mas sim um meio de valorizar o capital humano agricultor, ou produtor rural. Substancialmente, o Presidente da OCB<sup>1</sup> menciona que quando falamos de cooperativismo “nos referimos a um modelo de negócios, que insere as pessoas economicamente e socialmente, promovendo naturalmente o desenvolvimento sustentável, proporcionando o crescimento não só dos seus associados diretos e funcionários, mas das comunidades onde está presente” (REVISTA COOPAVEL, 2017).

Como esta pesquisa visa compreender como se dá o cooperativismo em Itati, focamo-nos na trajetória da Coomafitt<sup>2</sup>, no qual precisamos buscar suas raízes históricas no fito de entender como a localidade serviu de berço para a instauração do cooperativismo na região.

Além disso, precisamos ao adentrar no contexto da realidade local, visualizar como se dá o elo entre as práticas cotidianas de gestão da cooperativa e sua relevância para o desenvolvimento rural, ou seja, quais são os fatores que contribuem para o desenvolvimento rural com vistas a observar a forma de gestão desempenhada.

No que tange aos aspectos metodológicos, esta pesquisa se desenvolveu por meio de um processo de estudo de caso, aplicado no município de Itatí tendo como abordagem, a

---

<sup>1</sup> OCB: Organização das Cooperativas do Brasil.

<sup>2</sup> Coomafitt: Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas.

pesquisa qualitativa e quantitativa. O formato de gestão desempenhado pela Coomafitt levou a compreensão externa de uma organização de sucesso e de promoção de desenvolvimento rural, sendo assim, entendeu-se melhor utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa, na busca de identificar os porquês dos fenômenos que ocorrem ser tão potencialmente significativos em termos de êxito, e ainda, fator preponderante de desenvolvimento dos atores e da localidade.

Entende-se que em proporções, as pesquisas quantitativas e qualitativas serão igualmente esclarecedoras diante do estudo a ser feito. Para Minayo (2001, p. 22), quando o pesquisador lida com certos aspectos como motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes a pesquisa tende a ser qualitativa. Assim também, a pesquisa quantitativa, por meio de dados numéricos, apresenta uma mensuração das informações contempladas.

No que concerne aos procedimentos de pesquisa, na busca de tais informações foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas classificadas assim: 1) entrevistas com três sócios colaboradores, que demonstram como a cooperativa opera em termos de gestão; 2) entrevista com quatro sócios produtores, que trazem a visão do associado; e 3) entrevista com um sócio fundador, que trará mais detalhes do processo histórico da cooperativa.

As entrevistas foram realizadas com os atores por meio de um roteiro semiestruturado, anexado ao fim deste trabalho (APÊNDICE I e II). Foi disponibilizado pelos colaboradores da cooperativa um vídeo comemorativo, dos 10 anos da Coomafitt, que trazem vários relatos de sócios e atores externos, ligados a ela na instauração e no desenvolvimento de projetos.

Todos os relatos foram gravados e transcritos, com a finalidade de manter a integralidade das informações, assim como realizados mediante autorização dos entrevistados, de forma livre e esclarecida, conforme consta ao final desta pesquisa (APÊNDICE III).

Julgou-se necessário que a presente pesquisa observasse a realidade sob uma ótica exploratória, tendo em vista a elucidação de relacionamento com o desenvolvimento rural. Isto quer dizer, que se buscou explorar a realidade, com a intenção de visualizar seu contexto sob a perspectiva do desenvolvimento ao ponto de caracterizarmos a cooperativa num parâmetro de sucesso. Appolinário (2011, p.75) aduz que a pesquisa ou estudo exploratório tem por objetivo “aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”.

Desta forma, o presente trabalho será estruturado em três sessões, sendo elas, a primeira que trará a contextualização histórica do município e a iniciação do processo da

cooperativa, no fito de situar o leitor, das características cronológicas da localidade e demonstrar como o cooperativismo em Itati, surgiu neste decorrer.

Na segunda sessão, serão demonstradas as análises obtidas nas entrevistas e no vídeo institucional da Coomafitt, correlato a questões de gênero, participação, juventude rural, êxodo rural, agroecologia, resistência, gestão e sucesso da cooperativa. Assim, serão abordadas como se desenvolvem as ações ou estratégias da Coomafitt, voltadas ao desenvolvimento de uma forma geral e como mencionado, as ações voltadas para as mulheres; b) ações da juventude rural; c) ações para a agroecologia; d) educação dos associados; e) ações de intercooperação e f) ações de participação dos sócios.

Por fim, a terceira sessão trará a conclusão da pesquisa, demonstrando um paralelo entre a realidade observada e o desenvolvimento rural e regional.

## **2 ALGUNS ASPECTOS DA COOPERAÇÃO NA REGIÃO DE ITATI.**

A cooperação já era notada na região antes mesmo da iniciação da cooperativa. Na época em que somente era articulada a Casa do Mel (que foi o processo associativo anterior a cooperativa), o espírito de ajuda mútua já permeava um pequeno grupo produtores, tanto que os primeiros trabalhos de cooperação surgiram através de oito apicultores, em meados de 2004 (MEDEIROS E MARQUES, p.10, 2012).

O processo de formação da cooperativa não foi fácil, pois segundo alguns sócios fundadores, que iniciaram a caminhada, o sistema associativo era muito desacreditado. Não foram poucas as organizações associativas em Itati que não lograram êxito. Por esta questão, na região os agricultores pensavam que as associações e cooperativas não teriam chances de se desenvolver ali.

Porém após os percalços iniciais, o movimento do cooperativismo só cresceu e se desenvolveu em Itati, tanto que atualmente ela representa grande expectativa para seus associados, como também se revela uma grande estratégia de desenvolvimento rural e regional.

O intuito então, foi entender como uma perspectiva tão negativa, em se tratando do associativismo e cooperativismo, baseados no fracasso vivido localmente, teve tamanha reviravolta. Estas alterações na realidade de Itati nos fazem pensar em quais foram as estratégias utilizadas e como elas fazem da Coomafitt uma cooperativa muito reconhecida na região e externamente pelo trabalho desempenhado.

Outro motivo foi observar o que todo este movimento representa aos agricultores associados, no que concerne ao Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento regional atualmente. Ou seja, demonstrar como a cooperativa interage com todas estas realidades, como ela interfere na vida de seus sócios e como sua forma de gestão levou ao patamar de uma organização bem sucedida.

Conforme será demonstrado na sessão, segundo o olhar dos atores envolvidos em todo este processo de formação e desenvolvimento até agora, cada etapa do mesmo foi de suma importância para a forma no qual a cooperativa caminha atualmente. Tanto é, que a Coomafitt só começou a ter alguma significância socioeconômica na vida dos sócios a partir do segundo ano da sua iniciação (Moacir Reis, entrevista realizada no dia 25/09/2017).

Em sua formação, a Emater<sup>3</sup> foi bem importante, auxiliando na estruturação. Mas para isso, foi necessária a construção de ações com base em políticas públicas específicas à agricultura familiar, articuladas com a ajuda da Emater.

Como exemplo disso, vejamos que as primeiras atividades associativas, ou seja, a Casa do Mel, não era agrícola, mas sim apícola. Segundo o representante da extensão nesta ocasião, devido à necessidade emergente de buscar uma solução para as problemáticas de renda e de mercados, se visualizou “*que não era suficiente em termos de Organização, uma associação com um produto só*” (Relato em vídeo do Sr. V. L., agrônomo da Emater, COOMAFITT, 2017).

Isso elucida que a ideia da criação da Coomafitt se deu neste instante, porém, este processo de ação cooperada entre agricultores era visto de forma negativa pela população local, baseados na frustração de outros que outrora também tentaram. A Emater aqui foi fundamental, e pelo conhecimento que tinha de novas políticas públicas, ajudou na promoção desta ideia e em conjunto com o grupo foi criada a Casa do Mel e posteriormente a Coomafitt, estando a extensão rural presente nos dois processos. Neste sentido notadamente a extensão rural efetiva sua relevância, pois ela:

[...] No que se refere a sua missão, mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção, um escritório de extensão deve caracterizar-se como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social. (ABRAMOVAY, 1998, p.140).

Dada tamanha contribuição, o presente autor traz um elemento muito interessante quando fala em “despertar um conjunto de energias”, que trata das estratégias, da articulação entre a extensão rural e os atores rurais. Neste caso específico foi primordial, em que a propiciação de instrumentos para combater as necessidades destas famílias e promover sua sobrevivência e desenvolvimento, deu um novo significado ao cooperativismo local.

No processo de formação da cooperativa o acesso às políticas públicas desencadeou o efetivo crescimento econômico da Coomafitt. Em 2008, executou uma de suas primeiras políticas públicas, o PAA<sup>4</sup>, na modalidade Doação Simultânea<sup>5</sup>. Este programa foi

---

<sup>3</sup> Emater: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

<sup>4</sup> PAA – Programa de Aquisição de Alimento.

<sup>5</sup> PAA, na modalidade Doação Simultânea: É um programa em que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), compra da agricultura familiar produtos para a doação a pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDA, 2017).



marcante, pois com ele começou o processo de comercialização em mercados institucionais<sup>6</sup>. Já em 2009, a cooperativa comercializava pela primeira vez através da política pública do PNAE<sup>7</sup>, que alavancou a comercialização dos produtos dos associados e que propiciou a estruturação de toda uma rede de logística (COOMAFITT, 2017).

Deste ponto em diante, a Cooperativa passou a crescer de forma acelerada em termos econômicos, sociais, sustentáveis e associativos. Por meio do desenvolvimento econômico alcançado, outras temáticas foram iniciando um processo de construção, de forma que a melhoria de renda possibilitava o alcance de novas perspectivas aos cooperados. A garantia de venda, de preço e a organização produtiva dos agricultores possibilitou a eles saber o quanto plantar e o quanto iriam receber, sendo assim a proposta de se manter na atividade agrícola se tornou mais interessante e menos incerta.

Hoje, a Coomafitt desenvolve inúmeras ações, no qual os benefícios aos associados extrapolam o viés comercial, de renda, para uma transformação nas realidades sociais e ambientais. Estas ações são estratégias, utilizadas para incitar discussões, que provoquem a reflexão da questão de gênero, educação, sucessão familiar, participação, empoderamento, combate ao êxodo, resistência, participação da mulher, participação do jovem, autoestima e entre outras. Ainda, são pautas frequentes de intervenção da cooperativa na vida dos sócios, como uma forma de promover o desenvolvimento rural.

Estas ações, ou políticas internas, são mecanismos nos quais a Coomafitt utiliza para mudar a realidade rural na busca do desenvolvimento das famílias associadas, quebrando paradigmas e estigmas vividos pelos agricultores, que os encarceram a uma visão de que o rural é limitado e meramente produtivo.

O enfoque está, em gerar nas famílias um sentimento de pertencimento, de identidade, ou seja, que eles se identifiquem como atores locais importantes, sem distinção de gênero, etnia, idade e cultura. O agricultor acaba percebendo que no contexto social, ele ou ela são fundamentais para o desenvolvimento do grupo, do todo, do rural, amplamente dito.

---

<sup>6</sup> Mercado Institucional: O governo compra com recursos próprios produtos utilizados em programas de Estado.

<sup>7</sup> PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

### 3 O ADVENTO DO COOPERATIVISMO EM ITATI

O município de Itati, muito antes de sua emancipação, era habitado pelos índios Kaingang que viviam da caça, pesca e coleta de alimentos. Por volta de 1826, colonos alemães chegaram ao vale (anteriormente chamado de vale do Três Forquilhas), trazidos pelo Império. Nas imediações, os colonos ganharam porções de terra, junto às margens do rio e lá iniciaram suas colônias. Estas terras foram lhes dadas, pois eles tinham sementes trazidas da sua terra natal e precisavam plantá-las antes que perecessem (Prefeitura Municipal de Itati, 2017). Os índios nesta época coabitavam com os alemães pacificamente na região, e os mesmos ajudaram na construção das casas dos colonos.

As culturas trazidas pelos alemães não foram bem aceitas pelo clima da região, desta forma, começaram a plantar culturas de outros povos, como dos portugueses e dos açorianos. As tradições por sua vez foram mantidas e até hoje são comemoradas vivamente na comunidade. Após a Revolução Farroupilha a primeira família de portugueses chegou a localidade, dizimando os índios, sendo que, os poucos ainda restantes, fugiram ou tornaram-se escravos.

Após, vieram outros estrangeiros como poloneses, argentinos, açorianos e japoneses. Estes últimos chegaram por volta de 1968. Desta forma, o município pode ser descrito como de rica diversidade cultural.

Em 16 de abril de 1996, Itati se emancipou do município de Terra de Areia, através da Lei Estadual nº. 10.746, e seu nome de origem indígena significa a expressão “muita pedra ou pedra branca”.

Conforme informações da Emater local, o município possui predominância de agricultores familiares, alocados em pequenas propriedades.

Por volta de 2004, os agricultores do município viveram uma grande dificuldade de escoamento de seus produtos, que trazia certa insegurança de sobrevivências às famílias agricultoras. Isso repercutiu no abandono das propriedades, potencializado pela influencia negativa da modernização conservadora da agricultura (MEDEIROS E MARQUES, p.10, 2012).

A necessidade de fortalecer a agricultura na região era iminente, em que a união era o único caminho. A dificuldade de acesso a mercados, além das barreiras de alcances e a inexistência de políticas publicas, faziam com que a cooperação se tornasse uma alternativa a ser estudada.

Ainda em 2004, além da emancipação de Itati, se estabeleceram os primeiros passos do que hoje é a Coomafitt. Naquele momento, a cooperativa começou a ser alinhavada como uma medida de superação frente às dificuldades de escoamento, por isso, oito apicultores e também agricultores iniciaram com atividades voltadas à apicultura em grupo, incentivados e auxiliados pela Emater-RS/Ascar, onde foi criada a Casa do Mel. Ela era destinada a extração da matéria prima, envasamento e comercialização. Como estratégia de crescimento, o grupo começou a agregar outros agricultores com atividades diversificadas e em 2005, já havia 27 agricultores associados com interesse de comercializar produtos além do mel, incluindo assim uma maior variedade de produtos e potencializando suas chances frente ao mercado.

Além do mais, sendo a região uma forte e tradicional produtora hortifrutigrangeira, muitos atravessadores vinham buscar seus produtos ali para a comercialização no Ceasa/RS. Esta forma de comercialização não era benéfica aos agricultores locais, pois quem ficava com a maior parte lucro eram estes terceiros. Só que, muitas vezes os agricultores eram obrigados a se condicionar a esta forma de comercialização, já que, ou vendiam suas produções a valores que nem cobriam os custos de produção ou arriscavam perder o produto na lavoura. Neste processo, a Associação da Casa do Mel tornou-se Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas se constituindo, em 5 de setembro de 2006, situada às margens da RS-486, na Rota do Sol, que liga a Serra Gaúcha ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Estas implicações os motivaram a procurar meios de organização que viabilizassem aos agricultores o acesso a mercados diversificados. O que inicialmente foi muito difícil, conforme relato do senhor Moacir Reis (entrevista realizada em 25/09/2017), primeiro presidente da cooperativa. Segundo ele, não existia qualquer estrutura, quem executava as tarefas administrativas e de comercialização, eram os próprios sócios. Devido à grande dificuldade, o presidente na época até solicitou empréstimo pessoal para adquirir uma estrutura mínima de trabalho. O local de sede era no mesmo que é hoje, de propriedade do Sr. Moacir, que doou parte do terreno e outra parte vendeu à cooperativa.

A sobrevivência das famílias associadas era o foco, muitos deles perdiam suas produções na própria lavoura, por não conseguirem comercialização. Encontrar e se inserir nos mercados se tornou algo trabalhoso e estes mercados exigiam quantidades de produtos que os sócios ainda não tinham. Este estado vegetativo se estendeu pelos dois primeiros anos, pela pequena comercialização que eles realizavam na sede.

Além dos obstáculos na comercialização, a cooperativa era desacreditada pelos agricultores locais de tamanha forma que, muitos não se associaram no início.

O presente cenário só começou a tomar outro curso, quando políticas públicas foram pensadas para a agricultura familiar. Primeiramente, a Política Nacional da Agricultura Familiar, por meio da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, regulamentou quem seriam os beneficiados pela política (BRASIL, 2006). Com a presente lei, muitas cooperativas começaram a se movimentar e se estruturar, a fim de se aderirem nas posteriores políticas do setor.

Em 2008, a Coomafitt acessou uma de suas primeiras políticas públicas, o PAA. Segundo o gestor da Coomafitt, Charles Lima (COOMAFITT, 2017). Por meio do PAA, a cooperativa comercializava os produtos para a modalidade de Doação Simultânea, que garantia preços e quantidades certas aos sócios. Pelo relato, a perspectiva naquele momento se tornou outra, pois com esse programa os sócios poderiam se organizar com as quantidades cultivadas, as variedades, e sabiam que preço iriam receber por seus produtos, antes mesmo de plantá-los.

Já em 2009, a realidade da cooperativa na localidade toma outra roupagem, no qual ela passou a participar do PNAE, amparada pela lei da Alimentação Escolar, 11.947 de 16 de junho de 2009, que disciplina garantindo:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

O reflexo desta política pública e das demais acessadas, foi tão significativo no caso em tela, que o Gestor Charles Lima (COOMAFITT, 2017) revela, “Isso foi um salto dentro da perspectiva dessas pequenas cooperativas e principalmente para a Coomafitt, que começou a estruturar toda uma rede de logística à partir deste programa”.

Conforme Medeiros e Marques (p. 11, 2012), os muitos problemas enfrentados nos primeiros passos da cooperativa eram principalmente nas questões de venda direta aos consumidores e a falta de estrutura e transporte para as produções, no qual limitavam sua atuação. Porém eles não desistiram, e com paciência a cooperativa começou a se desenvolver por meio de incentivos da assistência técnica local (Emater) e da prefeitura municipal, visualizando nas políticas públicas uma oportunidade. Isso pode ser observado pelas palavras

de Medeiros e Marques (p. 12, 2012), que debruçados sobre a Coomafitt, especificamente, expressaram:

[...] em meio a relações e processos de reação e adaptação, aprendizagem, busca por autonomia e, conseqüentemente, transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais, esses agricultores estão, através de políticas públicas, ação de projetos de apoio técnico e, principalmente, intercâmbio de conhecimento, buscando melhorias em suas condições de vida (p. 11, 2012).

Neste cenário, Amaral, Zagomel e Basso (p.7, 2015) trazem a reflexão de que o PAA se destaca como uma inovação expressiva, no tocante a políticas públicas respectivas aos produtos de comercialização da agricultura familiar.

Outrossim, Ribeiro et al (2013, p.47) elucida que PNAE, é um mecanismo que fortalece a agricultura familiar, abrangendo questões alimentares e desenvolvimento local.

Estas considerações podem ser confirmadas pela apresentação de dados de faturamento, uma vez que após a efetivação destas políticas na realidade da cooperativa e de seus associados, sua receita mais que dobrou, ultrapassando mais de 1,4 milhões de reais no ano de 2012 (COOMAFITT, 2017).

Segundo relato do Chefe de Logística da Coomafitt, o Sr. Adiecson Bobsin (COOMAFITT, 2017), para suprir as demandas destes mercados, a cooperativa no ano de 2011 precisou se articular, de forma a buscar parcerias com outras cooperativas, uma vez que o programa de alimentação escolar exige que a entrega dos alimentos seja em cada escola, ponto à ponto. Essa questão da inviabilidade das entregas, fez com que a busca de subsídios, informações e parcerias, fossem inevitáveis.

Para a Coomafitt, este momento foi crucial, em que ela iniciou todo um processo de intercooperação entre as cooperativas que eles tinham contato, trocando informações, meios de organização, logística e fazendo com que as cooperativas envolvidas dessem um salto no fechamento de novos negócios. Os benéficos foram inúmeros, pois as cooperativas diminuíram custos de transporte, tornando possível o que seria de certa forma, inviável.

Automaticamente, quem é beneficiado é o agricultor, pois os recursos gerados por este elo entre as cooperativas são revertidos aos sócios, pela melhoria de estrutura das cooperativas, pelo aumento do poder de participação nos mercados, pela troca de conhecimentos e relacionamentos, além de que, faz com que a agricultura familiar possa apresentar seus produtos em diversos municípios.

Dutra fundamenta que a intercooperação se expressa essencialmente na comunicação, pelos relacionamentos estabelecidos entre as cooperativas, objetivando sua expansão e aperfeiçoamento, tanto em nível local, quanto externamente (2010, p.22).

Com a junção das cooperativas, se formou a RedeCoop<sup>8</sup>, que é uma rede de cooperação entre as cooperativas da agricultura familiar e economia solidária. Ela foi articulada pela Coomafitt e pela CAAF<sup>9</sup>, com o propósito de formar uma central de informações, para que as cooperativas, de mesmo seguimento, formem novas parcerias logísticas e comerciais. Conforme descrição do Sr. Charles Lima “Nessa central de informações ocorrem todas as trocas de dados entre as cooperativas, assim como a troca de alimentos e produtos. Também há o atendimento ao mercado em todo o Estado do Rio Grande do Sul” (COOMAFITT, 2017).

A rede é a oportunidade daquele pequeno produtor de acessar formas de comercialização em diversas regiões do estado, assim como das pequenas cooperativas terem mais força e oportunidade no mercado. A visão da rede é estratégica e operacional e por ela, as cooperativas têm uma estrutura formalizada, onde ficam acessíveis várias informações para a realização de diversas transações comerciais. Sua ação expande a escala das cooperativas em mercados, por hora, muito competitivos e exigentes, por conta de um imperativo econômico (CRUZ, 2009, p. 11).

A cooperativa se torna assim, um representante legal frente o acesso a mercados, a adversidades e limitantes cotidianos, como forma de planejamento e organizando a produção de seus associados, que atualmente são mais de 250 famílias.

A Coomafitt atualmente, se destaca como cooperativa em termos de desenvolvimento rural, desenvolvimento regional, sustentabilidade, intercooperação, crescimento econômico, em todo o estado, sendo mencionada como uma cooperativa de representatividade expressiva.

---

<sup>8</sup> RedeCoop: É uma cooperativa, que articula, através de uma rede de intercooperação, ações em prol de outras cooperativas da agricultura familiar.

<sup>9</sup> CAAF: Cooperativa de Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul.

## 4 AVANCOS SOCIOECONOMICOS FRENTE À PRÁTICA DO COOPERATIVISMO

Para nortear a presente sessão, é relevante externar que as entrevistas e o vídeo institucional foram analisados por assunto, em alinhamento as ações, ou estratégias de gestão da cooperativa, sendo apresentados na sequência, em subseções.

Estas subseções trarão um apanhado das discussões que as ações desempenhadas pela cooperativa acabam por se inter-relacionar, como quando tratamos de debates como gênero, juventude no campo, êxodo rural, agroecologia, gestão, intercooperação e o sucesso da cooperativa sob uma perspectiva do desenvolvimento rural.

O desenvolvimento rural visto por uma ótica geral engloba muitos destes assuntos, nos quais, para que haja a garantia de progresso nas condições de vida e subsistência das populações no campo, é necessária a observação de diversas minúcias que compõe este conceito.

Por isso, esta sessão tende a apresentar o elo entre a expressão das ações que a cooperativa exerce sobre seus associados, como um agente promotor de desenvolvimento e ainda, analisar como a cooperativa tem alcançado significativo reconhecimento por meio do resultado destas ações.

### 4.1 A questão de gênero

No meio urbano, vemos frequentemente discussões acerca da questão de gênero, dos direitos e deveres diferenciados entre homens e mulheres, de tal forma, que a mídia nos últimos anos aborda o assunto assiduamente. No meio rural, talvez a discussão não seja tão frequente, entretanto não quer dizer que as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres não ocorram. Na atualidade, a tendência das mulheres participarem cada vez mais de atividades que antes eram consideradas de cunho masculino, aumentou. Podemos notar pela história, em que a partir da Revolução Industrial a presença da mulher, como força motriz, tem sido cada vez mais comum e de avanço crescente. A discussão então, que devemos fazer, é se essa participação é igualitária no campo.

Para Woortmann e Woortmann:

O trabalho do homem é considerado mais importante porque envolve a responsabilidade com a administração do estabelecimento. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo também é revelada nas fontes estatísticas oficiais, nas quais as mulheres não são cadastradas como agricultoras,

tornando invisível o papel delas no desenvolvimento da agricultura familiar. (apud, LEAL E COTRIM, 2013, p. 399).

No estudo de caso, esta distinção de gênero, em termos de trabalho, renda, entre outros, foi mencionada pelos entrevistados homens, não só pelas mulheres, embora sejam elas que mais enfatizam a diferença. Vejamos pelos trechos a seguir:

*Nós mulheres, aqui no interior, o machismo predomina muito. Vocês imaginam, se na cidade tem a questão do machismo, nos aqui no interior é muito grande. (Relato em vídeo da Sra. C. M., sócia da cooperativa, Coomafitt, 2017).*

*Antigamente, uns 20 anos atrás [...] acho que nem votar eu votava, nem RG eu tinha (Relato em vídeo da Sra. S. S., sócia da Coomafitt, 2017).*

*Antes a mulher no campo tinha a função de criar os filhos e ser submissa ao homem, o que o homem decidisse era o que valia (Relato em vídeo da Sra. E. S., sócia da Coomafitt, 2017).*

A mulher também não é percebida no quesito dispêndio de trabalho, pois, além do realizado nos cuidados para com a família, ela muitas vezes também o realiza na propriedade, tanto quanto um homem realizaria. Isso é apontado como uma questão cultural por Brumer (2004, p. 211) onde:

*É preciso destacar que o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos ‘leves’ como trabalhos ‘pesados’ (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio).*

Isso revela que essa realidade é vivida e sentida pelas mulheres na localidade, que muitas vezes se encontram em um estado de invisibilidade. Uma das associadas mencionou que *“tudo é a mulher. A mulher leva quase 90% nas costas. Cuida do colégio, cuida dos filhos, cuida da lavoura, cuida de muitas coisas”* (Relato em vídeo, C. M., sócia da Coomafitt, 2017).

Neste panorama surge a interferência da cooperativa na realidade local, com diversas ações de impacto, perante as cooperadas. Estas ações são realizadas por meio de um grupo de mulheres, reunidas periodicamente, organizadas pelas colaboradoras da Coomafitt, onde são discutidos temas que envolvem toda a complexidade da mulher no meio rural, como: A mulher no papel de potencial administradora da sua propriedade agrícola, a troca de experiências, lazer, formação familiar, capacitação e a construção de formas de superação das desigualdades, conforme dados fornecidos pelos colaboradores (COOMAFITT, 2017).



Isso pode ser visto pelo fato de haver ações, políticas internas a organização, que fazem com que a participação, a integração, a valorização da mulher, como parte importante e necessária na propriedade e na comunidade sejam maximizadas. Por outro lado, estas atividades têm por objetivo minimizar a diferenciação entre os associados, que por razões de gênero, obstruem a independência, refletindo na autoestima das associadas. Para aclarar esta discussão, a Coomafitt iniciou um processo de atuação, que vem de encontro a este cenário, com ações de integração:

*Agora a gente pode participar de muitas coisas. A Coomafitt incentiva que as mulheres sejam mais independentes e que participem mais das coisas da propriedade, que elas se unam para fazer as coisas (Conceição Quadros, entrevista realizada no dia 20/09/2017).*

Outros fatores muito salientados nos relatos e constantemente atribuídos ao trabalho da cooperativa se referem ao empoderamento, autonomia e a autoestima. Sendo assim, o empoderamento é um processo em que há a conquista da autonomia, da autodeterminação pessoal, em que as mulheres passam a ser livres do domínio implicado pela questão de gênero (Siqueira e Sardenberg, 2013, p. 6). No caso aqui percebemos pela fala das associadas, o intuito de fomentar estas discussões:

*Hoje eu sei administrar as coisas. Me habilitei até motorista, que antigamente uma mulher não podia nem sentar no banco de um carro. Hoje eu piloto nosso carro (Relato em vídeo da Sra. S. S, Coomafitt, 2017).*

*Estou no comando. Recebo e pago boletos e ajudo a colher e plantar (Relato em vídeo da Sra. C. M. Coomafitt, 2017).*

*Foi à primeira vez na vida que eu pude ter meu dinheiro. Poder bancar a casa. É tão bom dizer assim, que eu consegui. Tua autoestima se eleva (Relato em vídeo da Sra. C. M. Coomafitt, 2017).*

Relevantemente vemos isso por meio do desenvolvimento destas mulheres, que visualizam na cooperativa uma forma de crescimento pessoal e oportunidade não só de renda, mas de reconhecimento e pertencimento, ao passo que isso é manifestado pelos dados a seguir.

Tabela 1 - Percentual de sócios por gênero

<b>Ano</b>	<b>Homens</b>	<b>mulheres</b>
<b>2013</b>	88%	12%
<b>2016</b>	47,1%	52,9%

Fonte: Comparativo de dados apresentados por Leal e Contrim (2013, p. 397) com dados da Coomafitt.

A tabela apresentada refere que, em três anos o percentual feminino de associações cresceu em torno de 78%, em que as mulheres passaram a se tornar mais ativas e participativas dentro da cooperativa.

#### 4.2 Participação

Um dos fatores mais importantes de uma cooperativa é a participação de seus cooperados, pois se esta participação não ocorre a cooperativa corre o risco de incorrer em um dos principais motivos das cooperativas perderem sua característica basilares, tornando-se uma espécie de empresa.

O papel do associado na participação é expressar suas ideias, exercendo sua opinião em um ambiente democrático, acompanhando a vida e o andar da cooperativa, observando as operações para o benefício do todo. Quando este sócio não escolta diretamente o andamento da cooperativa, ambos acabam por abalar o relacionamento previamente estabelecido, em que o sócio passa ser um número, e não mais um ator no qual a cooperativa representa. Ou seja, a cooperativa está representando a si mesma, como se fosse uma empresa, e não mais o seu associado que precisa de sua representação.

O gestor da Coomafitt relatou que inicialmente a participação era pequena, mas alguns tiveram coragem e ousadia para atuar, se manifestar e proferir suas opiniões. Foi baseado nisso que foram criados mecanismos para que os sócios fossem mais atuantes, mais envolvidos no processo como protagonistas, que eles não dessem apenas as suas opiniões, mas que participassem da transformação das ideias em metas e resultados. Aqui, o empoderamento surgiu nos primeiros cooperados e eles se tornaram os principais agentes de mobilização dos demais. Ainda no relato, o gestor afirma que os conselhos à partir daí se tornaram cada vez mais atuantes e hoje reúnem com frequência, para as discussões e deliberações de interesse coletivo dos sócios (COOMAFITT, 2017).

Outro mecanismo criado foi às reuniões participativas, sendo elas o plano de cultivo, que são trimestrais e as reuniões nas comunidades. O plano de cultivo serve para que os sócios saibam quais as projeções comerciais, no qual a cooperativa estará participando. Nelas os sócios são direcionados à quais culturas cultivar e as quantidades de comercialização acessadas. A participação nela é por ato manifesto dos sócios, onde eles podem falar livremente e após deliberarem em conjunto.

Existem também as reuniões nas comunidades. Nelas os sócios podem dar novas ideias, baseadas nos dados do ano anterior e prospecções para o próximo. Também serve para que os sócios possam se reunir e observar exemplos e experiências dos demais cooperados daquela comunidade.

Por este viés, a participação, segundo Oliveira Júnior “é, talvez, o principal fator de eficiência político-social nas cooperativas. Apesar do processo de tomada de decisão em cooperativas ser mais difícil e complexo o comprometimento com a decisão tomada e a solidez de todo o processo são infinitamente maiores” (apud Menegário, 2000, p. 4). É por meio dela que o associado alinha seus interesses e aspirações junto às estratégias diárias da cooperativa. Observemos o relato do associado quando diz que *“cada sócio tem a liberdade de participação. Acho que nisso temos um diferencial, porque os sócios são muito participantes e as reuniões sempre têm muitos sócios”* (Gilberto Ritter, entrevista realizada no dia 20/09/2017).

Segundo dados apresentados pelos colaboradores, a porcentagem de participação nas reuniões e assembleias está acima de 65% e foi relatado que pesquisadores universitários visitam frequentemente a Coomafitt para entender como os índices de participação são tão altos.

Isso remonta que o sócio se sente empoderado, se sente parte dos processos da cooperativa, se sente valorizado, pertencente a um grupo e que neste mesmo grupo as pessoas dependem umas das outras.

#### 4.3 Juventude Rural

Fixar o jovem no campo tem sido uma árdua missão para as populações rurais e para o Estado. Muitas vezes isso ocorre pela falta de estrutura de serviços, pela carência de educação, pela substituição da mão-de-obra pelas máquinas agrícolas, pela busca de trabalhos menos penosos e mais rentáveis, pela ausência de garantia de renda, pela depreciação da profissão, pela falta de incentivo dos pais ou falta de valorização deles na propriedade, e entre

outros. Santos (2009, p. 53) declara que um dos processos de exclusão social mais cruéis que ocorrem no Brasil é direcionado à população juvenil rural, pois simplesmente aplica a exclusão pela invisibilidade a estas populações.

Na discussão destas realidades, as cooperativas surgem como um ambiente no qual diversas ações podem ser desenvolvidas para afixar estes jovens, que sem perspectiva, não conseguem enxergar possibilidade de permanecer no rural. Drebes e Spanevello (2018, p.2) asseveram que “acredita-se na vocação das cooperativas agropecuárias em cativar sucessores aos estabelecimentos agropecuários familiares, minimizando as migrações entre os jovens rurais” e “é sobre a sucessão na agricultura familiar onde estão concentradas as motivações das cooperativas agropecuárias (2017, p.2)”. Se os filhos dos sócios não conseguem encontrar mecanismos que os façam permanecer na propriedade, a cooperativa em si, tem um prazo de validade para criar mecanismos de fixação, pois do contrário não haverá sucessores que possam desenvolver o trabalho no futuro.

Desta forma, tal qual analisado nos relatos, existe um grupo de juventude rural, criado pela cooperativa, onde participam os filhos dos associados. Eles se reúnem mensalmente e nessas reuniões são discutidos diversos assuntos importantes para a juventude. Os pontos mais referenciados são as estratégias de como melhorar as condições de vida no campo, a permanência na propriedade, a preparação para administrar a propriedade, turismo rural, a agroecologia e a saúde. Neste grupo, eles idealizam uma forma de agricultura diferente da vivida pelos pais, em que as oportunidades sejam melhores e que os proporcione estrutura para sucessão.

*Isso é um debate que a gente faz enquanto juventude. Nós queremos viver bem, mas não queremos sair daqui. Queremos ter condições, ter renda, vivendo em um lugar de convívio, que seja bom, acessando outras coisas, como educação, saúde. Isso que é essencial. Nos enquanto juventude queremos que o campo não se trate apenas como um espaço de produção de alimentos, mas um espaço de convivência (relato em vídeo do Sr. B. J. Coomafitt, 2017).*

Para os jovens de Itati e associados à Coomafitt, a cooperativa realmente se propõem a fomentar estas discussões, para que o jovem decida ficar, decida se incluir, como um agente que promove não só a discussão, mas que realmente é parte do processo de mudança.

*De um tempo para cá, os jovens começaram a acreditar mais no trabalho da Coomafitt. Começaram a se associar, e a gente até formou um grupo da juventude (Relato em vídeo do Sr. M. J. Coomafitt, 2017).*

*O jovem, ele é essencial, é fundamental para a construção do território Rural. Só que para isso é preciso virar prática também. Eu acho que isso é um diferencial da*

*Coomafitt, de fazer isso. Hoje da diretoria e mais os conselhos, um terço é formado por jovens. Então acho que é preciso dar empoderamento para a juventude. Tem que ser plural para ser representativo, para a cooperativa avançar (Relato em vídeo do Sr. B. J., Coomafitt, 2017).*

*Com melhores condições de vida no campo, os jovens estão decidindo cada dia mais a permanecer trabalhando com seus pais num processo de sucessão no campo (Relato em vídeo do Sr. M. J., Coomafitt, 2017).*

Mas permanecer não é o único dado relevante observado. Também pudemos verificar o caso daqueles jovens que saíram da propriedade, mas que voltaram depois de um tempo, que parece ratificar a credibilidade e a consolidação das ações da cooperativa na vida dos jovens na localidade.

*Sai com 18 anos, fui para Gravataí. Eu fui trabalhar para lá com o intuito de estudar. O que me fez voltar para casa foi a feira [...]e a própria cooperativa Coomafitt, que começou a pegar frequentemente os produtos. Então a gente já tinha uma maior segurança de plantar. Antigamente até, “ah o Sidnei é agricultor”, aí eu ficava com vergonha, porque agricultor é coisa mais da roça sabe. Hoje em dia eu sinto maior orgulho de ser agricultor. Eu, inclusive sou tesoureiro da Coomafitt. Achei bem importante é estar ali dentro, porque a cooperativa de certa forma também é minha, então eu entrego produto para a Coomafitt e também estou mais por dentro do que acontece no dia a dia lá. (Relato em vídeo do Sr. S. J., Coomafitt, 2017).*

Este trecho mostra que o jovem ao retornar a propriedade, visualizando na cooperativa uma potencial alternativa de renda, acabou se envolvendo mais nos processos gerenciais da Coomafitt. Este envolvimento acrescenta a relação entre o sócio e a cooperativa, no qual o cooperado se envolve muito mais nos assuntos de interesse da coletividade e nos processos decisórios. Com a inserção na juventude, estes jovens passam a visualizar o meio rural por outros vieses, que transformam o econômico em social e o social em econômico.

Há uma ascendência no desenvolvimento social destes atores. Atualmente, segundo informações dos colaboradores, a diretoria da Coomafitt conta com a representação de um terço de jovens, ou seja, a cooperativa possui uma visão muito mais voltada para necessidades atuais e estratégias de gestão com perspectivas baseadas na sucessão rural futura.

#### 4.4 Êxodo rural

O item anterior nos fornece sustentação para falar do êxodo, já que a migração na agricultura se dá em maior escala pelos jovens. Não podemos falar de êxodo sem passarmos

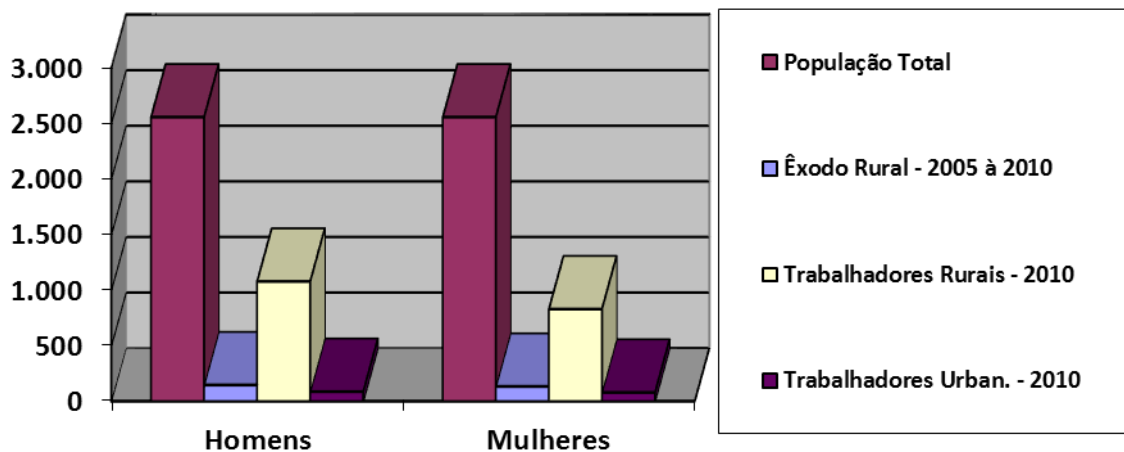
pela migração dos jovens. Em Itati esta realidade também ocorre, pois segundo um entrevistado

*O êxodo rural tem vários motivos. Aqui na região ele ocorre pela falta de garantia de renda e pela penosidade do trabalho rural. Certamente esses são os motivos mais destacados. Acredito também, que a não valorização dos jovens, pelos pais, dentro dos trabalhos executados nas unidades produtivas é também crucial para que eles não permaneçam e até que voltem ao campo um dia (Charles Lima, entrevista realizada no dia 23/09/2017).*

Os efeitos causados pelo êxodo englobam duas esferas, sendo elas a econômica e a social. A econômica, pois as cidades que recebem estes migrantes geralmente não estão preparadas em infraestrutura para recebê-los, acarretando diversos problemas, frente às demandas estruturais da sociedade. Não diferente, as cidades que são abandonadas pelos mesmos migrantes, acabam por ser “afetadas pelo êxodo rural. Com a diminuição da população local, diminui a arrecadação de impostos, a produção agrícola decresce e muitos municípios acabam entrando em crise” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Sob a ótica do problema no meio rural, o município de Itati viveu esse mesmo fenômeno, expresso nos dados a seguir:

Gráfico 1 – População total, trabalhadores urbanos, rurais e êxodo rural do município de Itati/RS.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

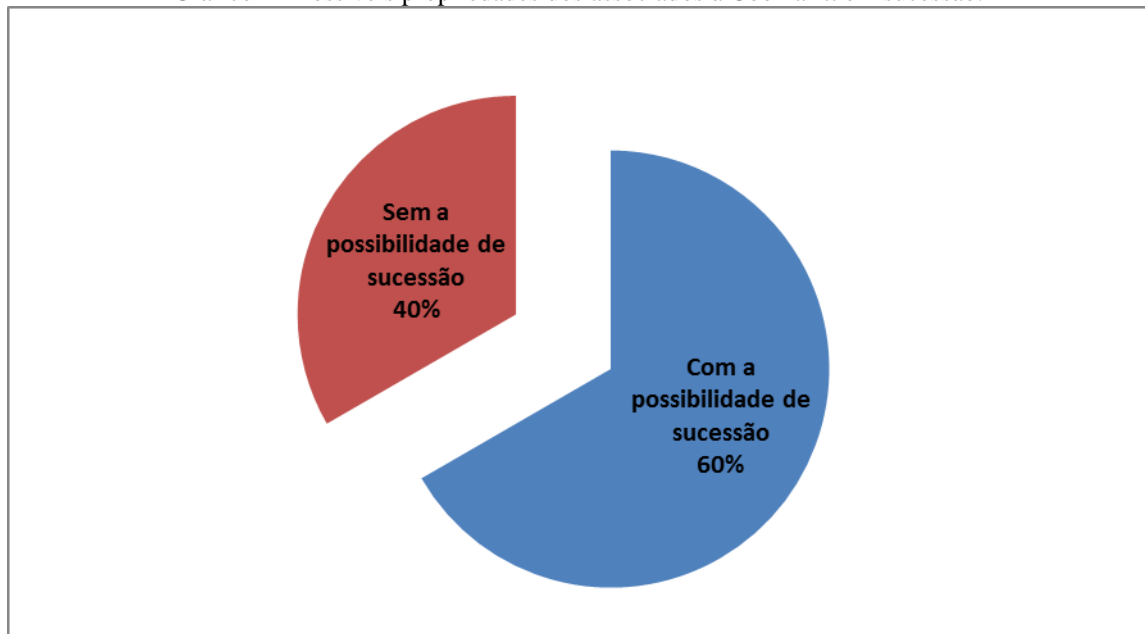
Dos 2.554 habitantes de Itati (IBGE, 2010), 1.076 eram agricultores homens, 828 eram agricultoras mulheres, nos quais houve um êxodo rural no município, entre os anos de 2005 a 2010, de 145 homens e 132 mulheres. Neste período de cinco anos, o índice foi expressivo em termos de evasão na localidade, sendo, 5,68% dos trabalhadores rurais homens

e 5,16% das agricultoras mulheres. Os dados nos dizem que o êxodo, entre o sexo masculino e feminino, foi praticamente igual.

Os entrevistados apresentam dados para a análise, que apontam seguidamente os fatores instabilidade de renda e insegurança no trabalho. Ambos estão relacionados ao trabalhador rural e sua forma de trabalho.

No presente contexto o cooperativismo, como forma de organização social e de trabalho, habilitada para enfrentar as adversidades vividas pelos trabalhadores rurais, é um “meio capaz de firmar estas pessoas em suas terras, diminuir o êxodo rural e contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento” (SANTOS et. al., 2014). Podemos ver tais alegações implicadas na prática, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Possíveis propriedades dos associados à Coomafitt em sucessão.



Fonte: Elaborado ela autora conforme dados apresentados pela Coomafitt, 2017.

O gráfico apresentado se refere ao número de famílias com possível sucessão familiar, onde a cada dez famílias, seis possuem sucessão familiar, ou seja, 60%, característica muito importante para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento rural local (COOMAFITT, 2017).

#### 4.5 Agroecologia

Baseado nos problemas vigentes da agricultura moderna e no uso exacerbado de insumos agrícolas desnecessários, a agroecologia surge como uma forma de minimizar estas

problemáticas, fazendo com que a agricultura possa se desenvolver de forma mais sustentável. Por isso,

[...] a agroecologia é uma ciência [...] como forma de estabelecer uma base teórica para esses diferentes movimentos de agricultura não convencional. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação e, conseqüentemente, sustentabilidade (ASSIS, 2005, p. 77).

Sendo assim, a agroecologia torna-se uma estratégia para os agricultores, opção produtiva que possibilita alterar os sistemas produtivos para recuperar aquilo que agricultura convencional de alguma forma danificou ou destruiu. A agroecologia contribui, reduzindo a artificialização imposta pelos modelos modernizadores da agricultura, pretendendo contemplar toda a complexidade dos agroecossistemas e desenvolver sistemas agrícolas diversificados, conforme nos lembra Assis (2005, p.77).

Quando falamos em agricultura agroecológica ou orgânica, pensamos pela perspectiva do agricultor familiar, como produtor de um alimento com processos não danosos a si e nem a sua família. Em um segundo momento, pensamos no consumo, no qual, aquele que está adquirindo o presente alimento, também está sendo abastecido com o melhor fruto que a terra pode produzir, em termos de qualidade nutricional.

Diversos especialistas, debruçados sobre os processos mercadológicos nos dias de hoje, comentam a crescente tendência pelo consumo e produção agrícola destes alimentos. Segundo Ota (apud. DIAS et. al., 2015, p. 161) “a agricultura e o consumo de produtos orgânicos estão em um processo de expansão nos últimos anos e especialistas do setor estão prevendo crescimento de nove por cento ou mais”. Esta, “é uma percepção que ocorre em nível mundial em um mercado que já apresenta índices de crescimento acima de 20% no mundo todo, fazendo com que as atenções se voltem para a demanda deste tipo de produto, bem como para os meios de garantir a distribuição, qualidade e certificação adequada” (STORSTAD; BJORKHAUG, 2003, apud, DIAS et. al., 2015, p. 161).

Alicerçados nessa tendência, assim como, na intenção de viver com uma qualidade de vida melhor, muitos agricultores em Itati optaram por trilhar este caminho. Mas em sua maioria, os sistemas agrícolas destas famílias precisaram passar pela substituição dos sistemas de produção convencional<sup>10</sup> para o sistema agroecológico.

---

<sup>10</sup> Sistemas de produção convencional: São formas de produção agrícola que utilizam insumos químicos na intenção de aumentar a produtividade



Para desenvolver este processo, foi criada a OPAC – Litoral Norte<sup>11</sup>, que é uma associação que reúne pessoas de vários municípios da região, no intuito de trocar conhecimentos e experiências sobre a transição dos sistemas, produção e manejo, além manutenção e obtenção de certificação orgânica. Nas palavras de um dos fundadores da OPAC, “*E aí nós começamos uma reunião lá em 2009, no município de Itati, alguns agricultores que queriam passar para a agroecologia, produzir orgânicos. Foi onde começou a sementinha da OPAC – Litoral Norte*” (Relato em vídeo do Sr. L. P., Coomafitt, 2017).

A OPAC desenvolve diversas atividades junto a Coomafitt, ambas em um sistema de parceria e cooperação, pois a cooperativa encaminha a OPAC os sócios que querem realizar a conversão de seus sistemas de produção agrícola.

Mas esta visão, de que a agroecologia é algo que traz retorno financeiro agregado as famílias, bem como, uma forma de viver mais condizente com o bem viver, é algo que levou muito tempo para se solidificar. A ideia da produção de orgânicos era desacreditada e duvidosa. Podemos ver pelo relato que segue

*Tem muitos agricultores que dizem, “mas se eu passar para orgânicos eu vou vender para quem? Tem comprador? Será que eu vou vender? Porque convencional eu vendo”* (Relato em vídeo do Sr. L. P., produtor de orgânico/sócio da Coomafitt, Coomafitt, 2017).

*Essa questão da agroecologia hoje, dentro da Coomafitt, a agente entende que foi como a construção da cooperativa. De a gente colocar o cooperativismo para funcionar aqui. Porque o cooperativismo também era uma ideia totalmente contrária, que as pessoas não acreditavam. Eles diziam que não dava certo. Foi quebrar um paradigma daqui da região, porque ninguém acreditava que a cooperativa funcionava e ela funcionou e dessa mesma forma a gente vê agroecologia hoje* (Relato em vídeo do Sr. B. J. Vice-Presidente da Coomafitt, 2017).

Segundo informações com os colaboradores, sempre houve, desde o início, a visão de priorizar o bem-estar das famílias associadas. Seria um pensamento contraditório se a cooperativa pensasse na qualidade de vida de seus cooperados e ainda assim incentivasse a produção, com utilização de produtos químicos, que os causasse danos à saúde. Então estamos tratando aqui de um objetivo, qual sendo, o desenvolvimento rural sustentável, onde muitas das estratégias de gestão estão fundamentadas dentro da cooperativa.

O que inicialmente se apresentou como uma possibilidade de agregar mais valor à produção e por consequência, um aumento na renda familiar, acabou por dar a estas famílias outro olhar, o da importância do bem viver.

---

<sup>11</sup> OPAC – Litoral Norte: Organismo de participação de avaliação de conformidade.

*Foi assim uma coisa que acrescentou a renda para gente, foi bem melhor. E até mesmo para preservar a natureza, a saúde em tudo, a Ecologia é tudo (Relato em vídeo da Sra. S.S. Produtora Agroecológica/Associada, Coomafitt, 2017).*

Muitos dos participantes da OPAC fazem a comercialização de seus produtos em feiras convencionais e orgânicas. O trabalho do organismo participativo, conforme a conversa com um dos associados é fazer com que todo o grupo ande no mesmo sentido, do contrário, agindo em desconformidade com as regras de certificação, o grupo inteiro corre o risco de perder autonomia certificadora. Isso gera comprometimento e fortalece o grupo, beneficiando a todos.

Então, a OPAC que faz esse intercâmbio de experiências entre os agricultores agroecológicos, mas a Coomafitt faz um trabalho muito importante também, que é a disseminação e o incentivo a idéia agroecológica. Uma das associadas relata esta experiência, dizendo que *“logo depois que eu entrei na OPAC, já surgiram às feiras. A feira foi o ponto chave” (Relato em vídeo da Sra. E. S. produtora de orgânico/sócia da Coomafitt/secretária da Opac, Coomafitt, 2017).*

Não menos importante é que, a participação destes agricultores da feira abarca a necessidade de praticar uma agricultura muito mais diversificada, a fim de oferecer aos consumidores mais opções de produtos, onde relata *“com a feira, nós começamos a diversificar os produtos. Plantar couve, alface, cebolinha. Todo que é tipo de coisa a gente começou a produzir. Com um pouquinho de cada coisa, a gente consegue mais dinheiro e uma qualidade de vida bem melhor” (Relato em vídeo da Sra. E. S. produtora de orgânico/sócia da Coomafitt/secretária da Opac, Coomafitt, 2017).*

Algo importante nesta parceria, entre a OPAC e a Coomafitt, é que os conhecimentos agroecológicos, perdidos com o tempo, voltam a ser utilizados, pois eles são de origem cultural, onde se ativam as práticas utilizadas a muitas décadas atrás, formando um elo cultural e tradicional entre o passado e o futuro.

*Agricultura está totalmente mudada do tempo que eu me criei na roça. O uso de herbicida, tudo é a base de agrotóxico (Relato em vídeo do Sr. L. P. produtor de orgânico/sócio da Coomafitt, Coomafitt, 2017).*

*Indo para o lado orgânico, nós começamos a participar de reuniões em que são trocadas sementes. Aquilo agregou bastante, pois volta as origens (Relato em vídeo da Sra. E. S. produtora de orgânico/sócia da Coomafitt/secretária da Opac, Coomafitt, 2017).*

É por esse e outros motivos que Paulino e Gomes asseguram que “modernização é então vista como o inverso da tradição no processo de produção de alimentos, como um fator a impedir o resgate da tradição e o resgate cultural, este último sendo o que permitiria a conservação da biodiversidade local” (2015, p. 526).

As realidades dos agricultores, através destas estratégias que visam o desenvolvimento rural, estão fomentando uma mudança dos paradigmas locais. A visão de que a agricultura agroecológica, é incerta e temerosa, está sendo vencida passo a passo por todos os benefícios que ela engloba, tanto na vida dos produtores, na economia das famílias, quanto na conservação do meio ambiente, que é a fonte de trabalho destas famílias. Isso também é sobrepujado pelos exemplos de agricultores, que agora produzem orgânicos e por isso tido como bem-sucedidos.

*Eu estou querendo mudar do convencional para o orgânico, porque a qualidade que eu vou ter vai ser bem maior e também, vou estar com a consciência limpa da mercadoria que eu vou estar vendendo e repassando, que não vai ter nada de agrotóxico (Relato em vídeo do Sr. M. B., Sócio da Coomafitt, 2017).*

Por tudo já demonstrado, há também outra preocupação, seja dos produtores, seja da cooperativa, pois eles ainda apreendem para si a responsabilidade de produzir algo de qualidade ao consumidor, que revela uma responsabilidade social muito interessante, que vai além da produção de renda, da preservação ambiental, da qualidade de vida, excedendo o pensamento individual em busca do coletivo.

*A gente acredita no orgânico. Queremos produzir orgânico para o nosso consumo, para nosso bem-estar e para oferecer isso aos clientes. A Coomafitt também está pensando muito nesse lado orgânico (Relato em vídeo da Sra. E. S. produtora de orgânico/sócia da Coomafitt/secretária da Opac, Coomafitt, 2017).*

No sentido de estruturar estas questões e transformá-las em estratégias de gestão, a Coomafitt está articulando a criação do entreposto só de produtos agroecológicos, que é um mercado voltado somente à comercialização de orgânicos (Relato A. B., Chefe de Logística da Coomafitt, COOMAFITT, 2017). Estas estratégias, além de incentivar mais associados a produzirem agroecologicamente, também proporcionarão um acréscimo na renda dos cooperados. Esta é uma meta da Coomafitt à curto prazo

*É um desafio da Coomafitt, daqui para frente, investir mais na produção orgânica, acompanhar o agricultor, para fazer com que se produzam alimentos de maior qualidade (Relato em vídeo do Sr. B. J. Vice-Presidente da Coomafitt, Coomafitt, 2017).*

*Isso vai ser fundamental para o crescimento da produção orgânica, que hoje, há uma grande procura (Relato em vídeo do Sr. A. B. Chefe de Logística da Coomafitt, Coomafitt, 2017).*

*O papel da Coomafitt é buscar esses mercados de orgânicos, pegando do produtor até o consumidor, com um valor já previamente estabelecido (Relato em vídeo do Sr. L. P. produtor de orgânico/sócio da Coomafitt, Coomafitt, 2017).*

O Agroturismo é um projeto ainda recente, com poucos sócios adeptos, mas com um potencial interessante aos sócios. Hoje ele está em fase de estudo de visibilidade, com alguns episódios pilotos. Mas, é algo muito incentivado pela cooperativa e tem chamado a atenção dos jovens associados, com uma tendência de crescimento pertinente e voltada para a produção consciente, aliando a preservação da biodiversidade local e diversificação de renda.

#### 4.6 Gestão

Quando falamos em gestão, nos referimos ao ato de organizar, de gerir coisa ou pessoas. A gestão no meio rural não é diferente. A gestão envolve o ato de gerir, organizar algo no meio agrícola, utilizando seus recursos para alcançar seus objetivos que englobam capital, terra, trabalho e etc.

Para isso, a gestão se vale do uso de algum modelo de atuação, ou modelo de gestão. Este por sua vez e frequentemente, sai em busca do capital, para atingir seus objetivos. No mundo cooperativista, a gestão é uma ferramenta muito importante e o modelo adotado por esta gestão, determina a sua linha ideológica.

Esta pesquisa pretende falar do modelo utilizado pela Coomafitt, que é o da autogestão. Conforme Zwick (2011, p. 117) na autogestão há a “participação de todos os cooperados no processo decisório, reivindicando a emancipação da classe trabalhadora”.

A gestão na cooperativa é feita de forma descentralizada, em que não existe uma pessoa ou setor que tome todas as decisões, mas sim uma gestão democrática e consultiva, onde as decisões são tomadas em conjunto, e em certas situações pelo uso do voto. Ela também é participativa e solidaria, pois, depende da atuação assídua dos cooperados, de uma forma em que todos possuem os mesmos direitos e responsabilidades. Não esquecendo que a gestão busca o capital, uma vez que o principal objetivo da cooperativa é a defesa socioeconômica de seus membros, e deste capital é derivada a sobrevivência das famílias. Porém existem outros fatores que influenciam igualmente a criação e aplicação das estratégias (COOMAFITT, 2017).

Para a análise da gestão constatou-se que os agricultores ligados a cooperativa por meio da atividade produtiva, tinham menos conhecimento do funcionamento interno, administrativo e estratégico. Os dados mais formais e administrativos foram obtidos por meio de entrevistas com o ex-presidente, o atual, o vice e o gestor da cooperativa.

Interessante destacar que todos os entrevistados que não possuíam atuação direta na gestão, foram unânimes em realçar que, o ponto forte da cooperativa é a participação em massa dos associados e o espaço de manifestação, onde todos podem falar e dar idéias abertamente, ou seja, participar do processo decisório.

Também destacaram à atenção com o alcance de metas, a efetividade dos conselhos e a transparência. Dado que, a representatividade dos sócios está nos conselhos, pois as deliberações feitas por eles é que alinham as decisões e as estratégias. Os colaboradores, por outro lado, executam e articulam toda a parte burocrática e administrativa interna, atrelados as determinações desses conselhos, o que não impede a troca de informações e auxílio entre os setores.

#### 4.7 Intercooperação

A intercooperação pode ser descrita como a cooperação entre as cooperativas, e pelas relações entre a cooperativa e os diversos órgãos públicos e organizações que propiciam colaboração e troca de informações entre elas.

Para a Coomafitt a intercooperação foi muito importante na sua iniciação, pois ela concedeu inúmeras oportunidades, que fizeram à cooperativa se estruturar. As cooperativas até alcançarem independência, passam dificuldades devido ao seu isolamento. Sem as parcerias elas podem até encerrar suas atividades.

*A gente sempre pensou na agricultura familiar como um todo, então estivemos sempre trabalhando essas parcerias, também para dar viabilidade a esse projeto da Agricultura Familiar e seus próprios projetos internos, porque sem essas parcerias as cooperativas ficam muito isoladas, e acabam não dando o passo a mais (Relato em vídeo do Sr. C. L., Gestor da Coomafitt, Coomafitt, 2017 ).*

Para Souza et. al. (2017, p. 194)

A intercooperação pode ser entendida como uma estratégica de cooperação entre cooperativas que mantém uma associação de interesse privado. Quando cooperativas trabalham juntas por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, podem atender seus associados mais efetivamente fortalecendo o movimento cooperativista.

A intercooperação só agregou valores e possibilidades a Coomafitt. Em primeiro lugar, sem a ajuda da Emater, no princípio, a cooperativa não teria subsídios para estruturação e desenvolvimento (COOMAFITT, 2017). E as parcerias não acabam por aí, como por exemplo, o primeiro caminhão da cooperativa, foi uma ajuda do município de Itati. Outro exemplo são as organizações que trocam de informações diretas com a cooperativa, como SRD<sup>12</sup>, UCP<sup>13</sup>, (COOMAFITT, 2017). Nesse processo, quem é beneficiado é o associado, pois *“Isso leva mais recursos para o agricultor familiar. Isso coloca o produto da agricultura familiar em outros municípios, em distâncias maiores que individualmente não seria possível para as nossas cooperativas”* (Relato em vídeo do Sr. M. R., Coomafitt, 2017).

Conforme foi se expandindo a intercooperação, a Coomafitt juntamente a outras cooperativas (CAAF, COPERAV<sup>14</sup>, CECAFES<sup>15</sup>, COPERCEDRO<sup>16</sup>) formaram a RedeCoop. Esta rede de cooperativas está à frente da articulação de mais de 39 cooperativas atualmente (COOMAFITT, 2017).

*A RedeCoop é uma rede de cooperativas que funciona em forma de articulação. Essas cooperativas então a se articulam, e a rede articula essas cooperativas, de forma com que essas cooperativas consigam fazer parcerias logísticas e comerciais. Também tem uma central de informação, Nessa central de informação ocorre em todas as trocas de informações entre as cooperativas assim como troca de alimentos e produtos e também atendimento ao mercado em todo o Estado do Rio Grande do Sul (Relato em vídeo do Sr. C. L., Coomafitt, 2017).*

Para destacar a importância das redes, Bialoskorski Neto, Gomes, e Ocb relatam que

*Das relações e das redes formadas pela intercooperação, surge uma cooperativa central, uma nova empresa que é responsável pela administração integral de parte de processos e/ou produtos. A cooperativa central é controlada por, no mínimo, três cooperativas denominadas singulares, que são cooperativas que atendem diretamente ao associado e que também atuam de forma autônoma no mercado (apud SOUSA et. al., 2017, p. 194).*

A rede acaba por agir como um ator de influência social, com ações que mobilizam as cooperativas e por logo, as famílias dos associados, pois na representação destas famílias há intencionalmente a veiculação entre os cooperados e os consumidores.

---

<sup>12</sup>SDR: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

<sup>13</sup> UCP: Unidade de Cooperativismo.

<sup>14</sup> COPERAV: Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão

<sup>15</sup> CECAF: A Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar.

<sup>16</sup> COOPERCEDRO: Cooperativa de agricultura familiar de Santa Maria.

## 5 RESULTADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS PRODUZIDOS PELA COOMAFITT

### 5.1 Sucesso

Falar de sucesso é uma questão muito particular de cada indivíduo, pois depende da observação, opinião, ideologia, ou até do posicionamento crítico de cada sujeito. Por isso, a questão do *sucesso* engloba uma holística mais complexa, uma vez que pode representar uma opinião ou juízo do sujeito sobre determinada situação, em que, outros sujeitos frente a mesma ocorrência observem de forma diferente. Em melhores termos, o que pode ser entendido como um empreendimento de sucesso para alguém pode não ser interpretado por outrem. Em tese, poderia o sucesso não prover puramente de algo que represente lucro, status e poder, principalmente no meio rural que possui uma diversidade multiforme de elementos constituintes. Cremos que aqui, é mais interessante observar e interpretar por um viés de complementaridade, ou seja, o tal sucesso só pode ser caracterizado por uma soma de fatores representativos.

Isto posto, para a análise de êxito de uma cooperativa entendemos que são muitas questões a serem analisadas, para julgar se a mesma representa um sucesso próprio ou coletivo, dado que a cooperativa é a expressão formal dos seus cooperados.

Em outras palavras, para avaliar o sucesso da Coomafitt, precisamos estender nossa visão ao associado e a vida que ele tem levado como cooperado, assim refletindo se o êxito da cooperativa é condizente com o desenvolvimento dos seus cooperados.

É de relevância, por exemplo, observar elementos importantes para estes sujeitos, como renda, qualidade de vida, trabalho, responsabilidade ambiental e outros. Estes serão tratados a seguir.

### 5.2 Desenvolvimento econômico

A Coomafitt desenvolve operações financeiras diversas, em nome dos seus associados. Estas operações é que lhes garantem a defesa socioeconômica, com a finalidade de alcançar os melhores negócios para que os cooperados continuem na atividade agrícola e em constante desenvolvimento econômico.

Nestes negócios, a cooperativa garante um preço justo ao produtor, que faz com que estes agricultores considerem interessante a permanência nas propriedades, com uma renda condizente e uma profissão valorizada.

A maioria dos entrevistados destaca que antes da cooperativa não havia uma garantia de comercialização para seus produtos e os alimentos que tinham, a finalidade de gerar renda e subsistência, por vezes acabavam causando prejuízos e perdas. Isso se dava, pela falta de escoamento das produções, que ficava na lavoura como ruína. Esta realidade era muito frequente na região e levava os agricultores a comercializar seus produtos aos atravessadores<sup>17</sup>.

O que seria uma alternativa para o escoamento acabou se tornando uma exploração aos produtores e suas famílias, em que estes sujeitos compravam os produtos agrícolas a preços irrisórios e que não cobriam os custos de produção, levando assim, o agricultor a uma situação constrangedora e desmotivadora em permanecer na atividade. As alternativas eram poucas e todas elas não eram interessantes economicamente aos agricultores, de forma que ao quitar os gastos, o que sobrava, e quando sobrava, era insuficiente para a manutenção de uma vida digna.

Nesse contexto, com vistas a alterar o poder de barganha destas famílias e reverter à comercialização desvantajosa com os atravessadores, a necessidade de união para a mudança acabou por ocorrer, fazendo com que este tipo de comércio centralizado, não por opção, mas por necessidade, iniciasse um processo de transformação. Os relatos dos associados atribuem esta desvinculação ao atravessador como uma conquista, pois a *“Coomafitt faz um trabalho que, se não tivesse a cooperativa, o atravessador iria fazer e esse recurso que o atravessador iria receber, quem recebe é o associado, através da cooperativa. Então, o dinheiro fica na própria região, aqui dentro circulando”* (Relato em vídeo do Sr. C. T., Coomafitt, 2017).

A partir da criação da cooperativa, por um pequeno grupo que sofria essa crise econômica, o que era para ser uma medida de sobrevivência se transformou em potencialidade. Segundo se observou nas entrevistas, a melhoria de renda se deu entre 50% a 100%, após a adesão a cooperativa.

Esta porcentagem indica não só o crescimento econômico das famílias, mas melhoria de condições diversas. Estes sócios mencionaram, ainda, que a partir da evolução na renda foram agregadas outras coisas como, melhoria na estruturação das propriedades (maquinário), melhoria no trabalho (tecnologias que facilitam o trabalho), melhoria de

---

<sup>17</sup> Atravessadores: Também chamados de intermediários, são sujeitos que intermedeiam a comercialização de produtos agrícolas entre os produtores e as empresas que vendem estes produtos ao consumidor.



conforto e bem estar familiar (computador, internet), fortalecimento e expansão da atividade agrícola (feiras e mercados direto ao consumidor).

*Teve mudança. Tenho um filho que está aqui, que não estaria se não fosse a cooperativa. Com certeza hoje eu estaria sem nada ainda, não poderia ter um carro, não poderia ter um caminhão, não poderia ter conforto, casa melhor (Relato em vídeo do Sr. T. W., Coomafitt, 2017).*

*A gente tem carro para trabalhar, os agricultores cada um tem um microtrator, isso antes era nas costas, no lombo de cavalo, de burro, a dificuldade era enorme. A cooperativa nasceu nesse momento, se estruturou e para o pequeno, para o agricultor familiar (Relato em vídeo do Sr. G. R., Coomafitt, 2017).*

A renda dos sócios passou a se fortalecer e iniciou um processo de consolidação, quando a cooperativa começou a acessar políticas públicas que beneficiavam a agricultura familiar, sendo elas o PAA e o PNAE. Os agricultores, para poder se inserir nestes mercados, tidos como institucionais, precisavam de uma estrutura formalizada e socialmente estatuída, sendo esse o trabalho da Coomafitt, seu representante formal. No relato do senhor G. R. *“Essas políticas que vieram foram fundamentais para a organização dos agricultores. A gente não tinha acesso a nada e isso veio estruturar” (Relato em vídeo, Coomafitt, 2017).*

Pelos dados apresentados, os associados visualizam que a cooperativa foi fundamental para o seu desenvolvimento econômico e que suas estruturas puderam alcançar outro patamar por meio da melhoria na renda familiar.

### 5.3 Qualidade de vida

Tratar da qualidade de vida não representa estabelecer um conceito estático, que apresente somente uma concepção. Sua construção pode englobar muitas dimensões, assim como muitos aspectos. Cremos que, o presente termo se relaciona diferentemente em cada grupo, cultura, ideologia e etc.

A agricultura familiar, que é o núcleo da agricultura praticada pelos cooperados, possui suas próprias questões quando se avalia a qualidade de vida. Como já citado, falamos que o sucesso, ao ser discutido no âmbito da cooperação, precisa tratar de alguns aspectos mais representativos, devido à complexidade dos atores rurais.

Não existe relação certa entre o êxito de uma cooperativa e o desenvolvimento dos atores por ela contemplados. Isso pode ocorrer na medida em que o crescimento econômico da cooperativa se sobressai ao desenvolvimento dos associados, no qual a organização perde a

principiologia cooperativista e acaba virando uma empresa, que visa puramente o lucro. Nestes casos, a cooperativa possui uma estrutura grandiosa, mas o agricultor vive sempre a margem do desenvolvimento.

Portanto, para esta pesquisa a qualidade de vida será discutida nas dimensões sociais, culturais, ambientais e de saúde, pois são dimensões mais adequadas ao mundo rural e aos seus atores. cremos que é importante, ou até mesmo indispensável, quando tratamos de qualidade de vida no meio rural, falar sobre inclusão social, educação, situação econômica, qualidade dos alimentos, autossustento na propriedade, sustentabilidade e agricultura orgânica.

Tratar da qualidade de vida rural relaciona-se intimamente a inclusão social, pois as ações que objetivam trazer ao agricultor, todo e qualquer direito social, afastando-o de qualquer diferença entre os indivíduos, para que ele possa ter, igualmente, acesso a oportunidades, reflete na valorização que ele tem de si mesmo. Isso sobressai à questão das necessidades, do que o agricultor precisa, do que ele quer, mas que não pode acessar. Observemos que neste ponto se o agricultor não está sendo incluído nas ações da sociedade, tende a se ver como algo sem valor, um indivíduo sem perspectiva, impotente, sua autoestima cai e ele se caracteriza como um excluído.

As cooperativas nesse sentido, achegando a agricultura familiar ao mercado, acabam por desenvolver o capital social entre os agricultores, que ao fim, fomenta a sua melhoria de qualidade de vida (ABRAMOVAY, 1999, p. 15).

A Coomafitt, neste sentido tem logrado êxito, que por meio de suas ações voltadas para o jovem e para a mulher, têm cada vez agregado mais perspectivas, trazendo estes atores para participarem, da mesma forma, em igualdade, dos assuntos dentro das propriedades. Do mesmo modo, além de trazê-los, criou-se um ambiente (reuniões) onde estes atores não são apenas participantes, mas também geradores de outras ações, em benefício de todos os associados. Que em outras palavras, agora o empoderamento deles é uma discussão frequente e cada vez se ampliando mais.

Em se tratando da educação como parte da qualidade de vida, esta é muito importante e a falta dela reflete negativamente em duas áreas, a econômica e a social. Na área econômica o sócio, ao ter precários ou nenhum acesso educacional, fica suscetível a dificuldade de aprendizado de novas técnicas, tecnologias e especializações mais complexas, que poderiam melhorar o trabalho, a produtividade na propriedade e até mesmo evitar o desperdício, que repercutem na renda familiar. Na esfera social, a precariedade na educação diminui as chances de sobrevivência e fixação dos povos rurais, ocasionando o êxodo.

Destaca-se as narrativas de um jovem associado, participante da juventude rural neste contexto:

*Ambos (pai e mãe) não tiveram acesso à educação, não concluíram o ensino fundamental. Quando ajudava os mesmos na lavoura, era incentivado a deixar o campo, pois não havia muitas perspectivas de mudanças. Grande maioria dos meus tios foram para a cidade por não ter garantia de renda no campo e também falta de acesso a serviços como saúde e educação. Temos que um modelo de educação que faça o debate da agricultura familiar, eliminando estereótipos como “para ficar na roça não precisa estudar”, e que ajude na sucessão familiar rural (Relato em vídeo do Sr. B. J., Coomafitt, 2017).*

*Em cursos que fiz pela cooperativa aprendi sobre a capacitação pensada na gestão e formação política, voltada a juventude rural. Aprendi a mediar e gerir mecanismos de participação. Também pensar na Agricultura familiar como um todo e entender a cooperativa como uma ferramenta de transformação social e luta pelas políticas públicas (Relato em vídeo do Sr. B. J., Coomafitt, 2017).*

Outro associado, já mais velho e produtor há muito tempo, relatou a experiência educacional promovida pela cooperativa, dizendo que realizou “*curso de controle de gastos na unidade produtiva e de gestão. Participo quando posso dos eventos de capacitação, de troca de experiências, que melhoram minha forma de cuidar da propriedade, de administrar meus recursos, de controlar os desperdícios e evitar as perdas*”(Gilberto Ritter Entrevista realizada no dia 20/09/2017).

Esta explanação nos possibilita dizer que o ensino escolar local, mesmo sendo insatisfatório, fica fora da alçada da cooperativa, mas dentro da organização isso pode ser diferente. Em Itati, os sócios e seus filhos não tem acesso a um ensino voltado a qualificação nas propriedades, mas com o conhecimento disponibilizado aos sócios, esta realidade pode ser minimizada, incidindo nos níveis de desigualdade do conhecimento. Igualmente, esse conhecimento se aplica aos sócio-colaboradores da área administrativa, no fito de motivar todo o grupo (COOMAFITT, 2017).

A qualidade de vida, no que concerne a situação econômica se materializa quando a Coomafitt, que não possui fins lucrativos, reverte todo o faturamento em melhorias que aumentam a cota parte dos cooperados, ou reverte em pecúnia a cada associado no fechamento anual (COOMAFITT, 2017). Ao investir em melhorias na infraestrutura, aquisições, manutenções, mesmo o sócio não tendo acesso ao lucro em espécie, ele tem seu patrimônio, que é a cota parte, valorizado.

Nos últimos anos, foi deliberado pela maioria dos sócios, que o investimento das ditas “sobras” anuais, seriam revertidas na própria melhoria da cooperativa, que potencializam

sua estrutura de gestão e infraestrutura física, aumentando sua aptidão frente ao mercado e colocando-os em melhores condições de fechar novos negócios (COOMAFITT, 2017). Esta estratégia age com foco no desenvolvimento econômico, pois no aumento das vendas, maiores são as demandas de alimentos, por preços mais justos que no mercado convencional, repercutindo na melhoria da estrutura das propriedades, na qualidade dos alimentos, e resultando assim, em aumento do valor agregado aos produtos agrícolas e conseqüentemente na renda.

Estas rendas finais na propriedade, descontados os custos cotidianos das famílias, sobram em quantias que dão condições aos agricultores de investir em educação, conforto, lazer e aquisições que beneficiam o bem viver no meio rural.

Nos dias atuais, o surgimento desta forma de associativismo constitui-se numa busca pela melhoria da qualidade vida do agricultor, e, numa visão mais ampla, coloca-se como meio alternativo de desenvolvimento local, visto que apresenta uma relação de afinidade com o conceito de capital empresarial, ou seja, em sua essência, o cooperativismo caracteriza-se por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade (RIBEIRO et. al., 2012, p. 3).

Não devemos esquecer a dimensão que engloba a saúde, pois qualidade de vida é elemento inerente ao sujeito, no qual se refere ao que fazemos e consumimos. Mas viver no campo não representa comer alimentos naturais e etc.? A resposta para essa questão é, nem sempre.

Pode o agricultor produzir um alimento com uma boa aparência, e mesmo assim não representar um alimento saudável, pois se o mesmo tiver sido cultivado com a utilização exagerada de agroquímicos, não há qualidade nutricional, logo, ao consumir algo entendido como “natural”, se consome juntamente os diversos elementos tóxicos nele inerentes. Outra questão é a monocultura nas propriedades, ela vem de encontro à diversidade e segurança alimentar. As produções monocultivadas possuem sua sazonalidade, que representa ter este alimento disponível, uma, duas, três vezes ao ano, não bastando para a manutenção alimentar variada de uma família. A segurança alimentar existe quando uma população, grupo ou família possui disponibilidade de alimentos, de forma constante, que possa assegurar uma vida saudável e ativa (HOFFMANN, 1995, p. 159).

A Coomafitt difunde a ideia da diversificação de alimentos, no intuito de garantir a autossuficiência e qualidade alimentar dos associados, e ainda, disseminar a agricultura orgânica como um modelo ideal para a obtenção da qualidade de vida. Acredita-se que a diversificação é uma medida que reduz riscos e incerteza, que são normais na atividade

agrícola. A exploração comercial é uma delas, originada pela oscilação de oferta, demanda e preço no mercado. Outras vantagens dizem respeito ao meio ambiente e controle de vulnerabilidade frente ao clima, doenças e pragas (Pelinski, 2006, p. 2).

Por isso, falar da qualidade dos alimentos e não mencionar a agricultura orgânica e a autossuficiência alimentar na propriedade é impertinente para essa pesquisa, em que a relação dos assuntos se entrelaça na busca desta condição aos cooperados.

O processo para a conversão dos sistemas agrícolas, de convencionais para orgânicos é lento, mas é o objetivo, segundo os colaboradores da Coomafitt. Existem muitos sócios que são monocultores e fazem uso de agrotóxicos nas lavouras, mesmo assim, não há intenção de incentivar estas práticas (COOMAFITT, 2017). Além da questão econômica, no plantio de alimentos orgânicos diversificados, que agrega valor à produção e garante renda o ano todo, existe o fator saúde, em que se inibe a prática de insumos tóxicos, e garante qualidade de vida aos associados.

Só resta agora, dizer que todos estes fatores mencionados remetem a sustentabilidade, ou mesmo a noção de desenvolvimento sustentável. Vejamos que Dal Soglio (2016, p. 14) retrata o desenvolvimento sustentável como um conceito que “incorpora as variáveis ambientais, além de indicadores de renda, saúde e educação” na intenção de serem atendidas as necessidades, sem que isso possa afetar a satisfação das necessidades das próximas gerações (Relatório Brundtland Nosso Futuro Comum, 1991).

Neste sentido, a Coomafitt tem alcançado visibilidade além das suas porteiras, como é o caso de um Prêmio que a ela recebeu em 2012, na categoria Desenvolvimento Sustentável, no XV Seminário Gaúcho do Cooperativismo pela OCB<sup>18</sup> (COOMAFITT, 2017). Estas premiações dão uma visibilidade muito importante à cooperativa, à localidade e à região, que acarretam no fechamento de novas parcerias e oportunidades, mas também evidenciam aos associados que o cooperativismo é algo importante e que a união entre os agricultores faz a diferença.

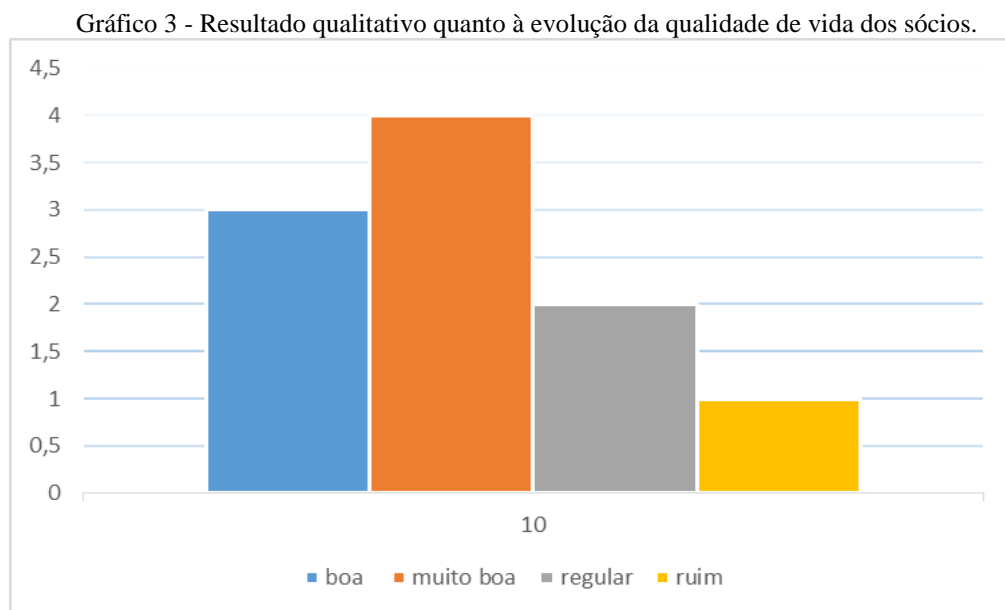
O sucesso, segundo esta ótica da qualidade de vida precisa ser percebido, por quem a vive diariamente, ou seja, pelos sócios. Eles é que precisam ser salvaguardados na relação com a cooperativa.

Para observar o sucesso como uma medida de desenvolvimento, é necessário entender como os atores envolvidos na pesquisa se percebem nesse processo. Para tanto, estamos nos referindo ao desenvolvimento rural que envolve ações, que de alguma forma,

---

<sup>18</sup> OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras,

articulam e fomentam discussões pertinentes ao bem-estar das populações rurais (NAVARRO, 2001, p. 88). O agente de transformação é implícito nestas ações, pois elas se baseiam na formulação de capacidades, em que o agricultor se motive a mudar, para melhorar suas próprias condições de vida em sociedade. O bem-estar salientado está subordinado a tudo que envolve o *modus vivendi*<sup>19</sup> dos agricultores, isto é, os fatores que influenciam diretamente a sua vida e da sua família. Para entender a forma com o qual o cooperado se visualiza nesse processo, utilizamos, por conseguinte, um dado da Emater local acerca da qualidade de vida.



Pelo quadro apresentado, podemos ver que 70% dos sócios indicam ter tido melhoria na qualidade de vida após tornar-se associado, 30% indicam neutralidade e apenas 10% interpretam como ruim.

De acordo com esse dado, percebemos que o sucesso da cooperativa, precisa estar atrelado ao desenvolvimento rural dos sócios. Para Ellis (apud, SCHNEIDER, 2004, p. 95) o desenvolvimento rural pode ser conceituado como ferramentas teóricas e aplicáveis nas áreas rurais, onde as populações são empoderadas por meio de processos participativos, no intuito de refrear a pobreza, já que são eles os agentes de mudança nas propriedades.

Este desenvolvimento, por consequência se estende a elementos influenciadores da vida dos cooperados, sendo eles produtivos, sociais, econômicos e, pela lógica da sustentabilidade, o elemento ambiental (CARDONA et. al., 2016, p. 140).

<sup>19</sup> *Modus Vivendi*: Modo de viver

Schneider (2004) aduz brilhantemente sobre o papel das cooperativas sob o plano do desenvolvimento sustentável, quais sendo pelo desenvolvimento econômico eficiente, pelo desenvolvimento socialmente justo e equitativo e pelo desenvolvimento local.

De acordo com que foi visto nas entrevistas podemos dividir as estratégias de gestão da Coomafitt de acordo com cada elemento influenciador. Sendo desta forma:

Tabela 2 – Estratégias de Gestão para cada elemento influenciador dos associados

<b>Elemento influenciador</b>	<b>Estratégias de Gestão</b>
<b>Social</b>	- Juventude Rural; - Mais Mulher; - Agroecologia e Práticas Sustentáveis; - Educação dos Sócios.
<b>Ambiental</b>	- Agroecologia e Práticas Sustentáveis; - Agroturismo;
<b>Produtivo</b>	- Agroecologia e Práticas Sustentáveis; - Educação dos Sócios.
<b>Econômico</b>	- Agroecologia e Práticas Sustentáveis; - Agroturismo; - Educação dos Sócios.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Vejamos que, os programas executados se fundem em alguns elementos diferentes, proporcionando uma interação de objetivos e alcançando um número maior de beneficiados.

No entendimento dos entrevistados, os principais itens apresentados por eles quando questionados sobre o que é desenvolvimento rural e como eles se percebem neste contexto foram, dignidade, reconhecimento profissional, orgulho de ser agricultor, boa saúde, oportunidade, renda justa, acesso a profissionalização e aperfeiçoamento na agricultura, assim como condições de permanecer no campo e sustentabilidade. Alguns até apontam que esse desenvolvimento é promovido pela cooperativa.

Acho que o Desenvolvimento Rural é tudo que é bom para os agricultores ficarem na agricultura. Boas condições de trabalho, uma renda justa, saúde, oportunidade de crescer e passar tudo isso para os filhos também ficarem na propriedade (*Conceição Quadros, entrevista realizada no dia 20/09/2017*).

O desenvolvimento rural não é só vender nosso produto. É o quanto nós temos que investir do nosso tempo e da nossa saúde para isso. A agricultura tem que valer a pena, tem que nos fazer bem (*Delci Justin, entrevista realizada no dia 20/09/2017*).

Desenvolvimento rural significa melhoria na qualidade de vida para os agricultores, viabilizando assim a permanência das próximas gerações no meio rural (*Rodrigo Wolff, entrevista realizada no dia 18/09/2017*).

Desenvolvimento rural é o agricultor ser reconhecido como um profissional importante, que sem ele não tem alimento. O preço do alimento da agricultura familiar tem que ser justo, não para enriquecer, mas para ter uma vida digna. Aqui isso acontece porque a Coomafitt incentiva tudo que é bom para o agricultor, o viver bem, o meio ambiente, tecnologia que ajuda o agricultor, mas ele é que decide se quer (*Celso Bobsin, entrevista realizada no dia 20/09/2017*).

O desenvolvimento rural é diversidade, é qualidade na vida do agricultor e alimento de qualidade ao consumidor, é equilíbrio com o meio ambiente (*Gilberto Ritter, entrevista realizada no dia 20/09/2017*).

Esta realidade vivida pelos cooperados agora, já era uma previsão apontada pelos ilustres Medeiros e Tozzi (2012, p.15) há alguns anos atrás, na discussão da promoção por meio de estratégias de desenvolvimento.

A COOMAFITT parece estar criando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, mais territorializada e adaptada às especificidades locais, dinâmica a qual abrange uma série de iniciativas que emergem da mobilização dos agricultores em favor da conquista da autonomia, mas também associada a processos de geração de conhecimento e a distintas trajetórias de construção.

O desenvolvimento regional aparece também quando falamos no desenvolvimento rural, pois ele se apresenta da mesma forma, como um mecanismo de transformação, tanto na parte produtiva, quanto na parte institucional dos espaços rurais, com o propósito de combater a pobreza das populações rurais (SCHNEIDER, 2004, p. 105).

O desenvolvimento regional aqui apregoado defende a mudança sustentável da sociedade, em que o objetivo seja o desenvolvimento progressivo dessas populações. Na busca da qualidade de vida para os atores, suas ações para o desenvolvimento são organizadas pelos sujeitos e pelas instituições da sociedade, para que haja alternativas de geração de trabalho e renda. As ações articuladas entre sujeitos e instituições remetem a uma relação de agrupamento, que cria e consolida forças para o progresso da região.

Os associados percebem a cooperativa como um grande instrumento para o desenvolvimento da região nas mais diversas esferas (econômica, social, ambiental), relatando que

*A cooperativa leva o nome do município a muitos lugares do estado e até fora dele (Gilberto Ritter, entrevista realizada no dia 20/09/2017).*

*Esse desenvolvimento tem acontecido na nossa região, isso é perceptível, quando vemos os agricultores prosperando financeiramente e se orgulhando de sua profissão (Rodrigo Wolf, entrevista realizada no dia 18/09/2017).*



*Tem o caso dos produtos químicos que utilizamos, que hoje se tem mais consciência que faz mal. Aqui em na região estamos vendo muitas pessoas mudado a sua visão sobre isso, por causa da cooperativa (Delci Justin, entrevista realizada no dia 20/09/2017).*

Como último fator à apresentar, o sucesso da Coomafitt se atribui as muitas ações voltadas ao bem estar de seus associados, criando e recriando instrumentos para manter a participação, que como já visto, é alta, congregando estratégias para a melhoria nos padrões de vida dos assistidos e trazendo novas discussões que possam subsidiar a permanência do agricultor na atividade. Como também já abordado e observado sua visão não se atem a geração de renda, mas complementar a renda com oportunidades de desenvolvimento social.

Como elemento externo a organização trago as palavras de um Agrônomo da Emater que participou de todo o caminhar da Coomafitt, desde a sua iniciação.

*O diferencial está vinculado a forma como que eles veem a cooperativa. Se você analisar a cooperativa trabalha vários aspectos, mas vários aspectos da vida do agricultor. É grupo de jovens, é apoio a OPAC, é a questão da logística, é questão de discutir o que produzir, quando produzir e tal, é respeitar as características de cada grupo de produção, uns conversando com os outros. A Coomafitt é gente, ela olha gente e não mercado. A gente convive com várias outras experiências de cooperativismo e a grande maioria vê mercado e não vê gente. Tem que ver mercado sim, claro, evidente, mas ver gente que opera aquele sistema (Relato V. L, COOMAFITT, 2017, grifo nosso).*

Diante o exposto, pelo que vimos na pesquisa, o sucesso da cooperativa é expressão do resultado do desenvolvimento econômico juntamente a mecanismos que garantam e potencializem a qualidade de vida dos associados. O sucesso, por estes padrões extrapolam a manutenção e acúmulo de capital econômico, valorizando também o capital humano.

## 6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo compreender como os processos de gestão organizacional da cooperativa Coomafitt interferem no desenvolvimento dos associados e no desenvolvimento rural do município de Itati. Durante este processo, vimos como o associativismo era visto na comunidade, e mesmo com perspectivas não favoráveis, surgiu a Coomafitt. Nos deparamos com as muitas dificuldades de iniciação e permanência da organização, como ela se consolidou e como foi fundamental para o desenvolvimento da localidade e o desenvolvimento dos associados.

Neste trabalho pudemos ver a importância das cooperativas, como forma de organização social, fundadas na cooperação entre seus agentes e ainda sua relevância externa. Outro ponto foi a constatação de que o sistema cooperativo em si é muito vantajoso para a agricultura familiar, pois há uma grande articulação de ações para combater a descapitalização, o êxodo, a exclusão social e ainda promover a autoestima, a qualidade de vida, a fixação nas propriedades, a sucessão, a sustentabilidade econômica e ambiental.

Pela análise dos dados foi possível compreender que a Coomafitt é responsável pela defesa socioeconômica dos associados, mas que ela extrapola a visão de uma cooperativa focada no mercado e na geração de capital. Suas estratégias foram desenvolvidas baseadas na realidade dos sócios, nas suas dificuldades e naquilo que potencialmente poderia afastá-los das atividades agrícolas.

Sendo assim, não trouxemos aqui qualquer certificação de que a Coomafitt é uma cooperativa perfeita, mas deixamos bem claro que, na integridade, que esta é a visão explícita nos relatos e entrevistas apresentados pelos sócios. Não que não hajam limitantes, ou até dificuldades, mas que as problemáticas são encaradas nas possibilidades da cooperativa. Muitos entraves são vencidos pela forma no qual a gestão é baseada, ou seja, ações de ajuda mútua, sendo entre os cooperados, sendo com outras cooperativas e organizações. Podemos observar isso pelo desempenho obtido através das ações, ou estratégias de gestão, efetuados pela cooperativa na intenção de oferecer melhoria na qualidade de vida dos agricultores de Itati, por ela amparados. Além do mais, os sócios tem tido esta percepção, de que sem a cooperativa a vida seria mais difícil, ou seja, que por ela se viabilizou muitas oportunidades, e nas mais diversas esferas. Na visão deles, as mulheres têm alcançado mais visibilidade e importância nas propriedades, assim como, elas tem se observado mais capazes e autônomas, em comparação com tempos atrás. Os jovens, por outro lado, tem se ligado mais a propriedade e as atividades, devido à possibilidade de se desenvolver na agricultura da

localidade. Com a valorização socioeconômica da atividade rural, e com os projetos da Coomafitt, o êxodo diminuiu e a sucessão é mais visualizada entre seus associados, nos demonstrando a função importante da cooperativa para a manutenção da população local na agricultura. Ainda relevante, é que imbuído nesta idéia de desenvolvimento socioeconômico está à reflexão de manter todos estes elementos em equilíbrio, não subsidiando a degradação ambiental. Concluindo que, com ações de preservação junto às estratégias voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, a sustentabilidade no meio rural se torna muito mais palpável. Mas todo este processo, em busca do desenvolvimento rural dos associados, só se torna referência, pelo trabalho de gestão da cooperativa, onde ela busca compreender simultaneamente ações internas, que é a cooperação entre os sócios e externamente, de cooperação com outras organizações (intercooperação), alavancando o êxito dos associados e da sua localidade.

Hoje passamos por uma crise político-institucional no Brasil, que pode dificultar a vida de muitas cooperativas, pois cada governo escolhe onde investir seu orçamento. A agricultura familiar assim pode sofrer com o corte de muitos recursos a ela antes destinados, mas são ações como as da Coomafitt que fazem com que o enfrentamento da crise seja possível. Pois lembrando a colocação do técnico da Emater, dizendo que a cooperativa vê gente, é fundamental para a crença de que a luta pelo desenvolvimento rural dos nossos agricultores familiares pode e deve continuar. No início o foco era o agricultor, como fazê-lo sobreviver frente às problemáticas, hoje o foco continua sendo o agricultor, seu bem-estar, sua qualidade de vida, a consolidação desta base, onde o agricultor e sua família continuarão a se fundamentar.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In Anais do Seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Brasília: MDA/NEAD, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Publicado em 1999. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf> . Acesso: 19 out. 2017
- AMARAL, V. R. do; ZAGONEL, T.; BASSO, D. Mercados Institucionais Públicos de Alimentos. In: VII SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. Anais... . Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. p. 01 - 14. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13279/2445>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.
- ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Econ. Apl.* [online]. 2006, vol.10, n.1, pp.75-89. ISSN 1413-8050.
- BRASIL. Lei nº 11.947/2009 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 09 de out de 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.947/2009 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 09 de out de 2017.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-27, 2004.
- COOMAFITT - 10 anos semeando o cooperativismo. Direção de Cristina Nascimento e Mateus Zimmermann. Produção de Manoela Frade e Vanessa Branco. Intérpretes: Oril Francisco. Roteiro: Mateus Zimmermann. [s.i]: Cristalizar Vídeo Produções e 4 Cabeças Comunicação e Tecnologia, 2017. (15 min.), vídeo, son., color.
- CRUZ, A. Redes de economia solidária – papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, universidades e Estado. In: Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA, 2009. Mídia digital.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org) Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 206 p. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

DIAS, V. da V. et al. (2015). O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.161-182, jan-mar. 2015. Trimestral. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt\\_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf)>. Acessado em: 15/10/2017.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M.. COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E O DESAFIO DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR. *Holos*, Palmeira das Missões, v. 2, p.360-374, 2017. Bimestral. Disponível em: <<file:///C:/Users/Elen/Desktop/4210-16221-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

DUTRA, J. C. N. A intercooperação como instrumento de desenvolvimento: Um caso de cooperativas articuladas em rede. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento, Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010. Disponível em: <[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1188/Jose\\_Carlos\\_Nascimento\\_Dutra.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1188/Jose_Carlos_Nascimento_Dutra.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10 out. 2017

FARIA, V. P. de. Produção e cooperativas de produtos de leite no Brasil. In: Seminário as Cooperativas e a Produção de Leite no ano 2000. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, 1995. p. 13-19.

GRANDE, E. D. Intercooperação: gerando valor para as cooperativas. Disponível em: <http://app2.unimedseguros.com.br/encontroscooperativos/artigo.asp?id=4>. Acesso em 05 mai 2017.

GUAZZY, D. M. Uma aplicação em cooperativas agropecuárias. Programa de Pós-Graduação em engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - migração. Itati – RS.** Disponível em: <[https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431065&idtema=97&search=rio-grande-do-sul\[itati\]censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->](https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431065&idtema=97&search=rio-grande-do-sul[itati]censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->)> Acesso em 13 out 2017.

Portal Brasil. Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País, mas ainda sofre na comercialização. Acesso em: 07 set 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>

PELINSKI, A. et al. A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006. Anais... Belo Horizonte: Associação Brasileira de Agroecologia/EMATER-MG.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cooperativismo no Brasil, Fevereiro de 2016. Acesso em: 07 setembro 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>

MENEGÁRIO, A. H. Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias. 2000. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2000.

MINAYO, M. C. de S.(org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. 80p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estud. av. [online]. 2001, vol. 15, n.43, pp. 83-100. Acesso em: 21 out 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf> >

CARDONA, J. C. de los R. et. al. NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Org) Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 149 p. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 37 a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Modalidades do PAA. Brasília: MDA/SEAD. Acesso em: 06 outubro de 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>

LEAL, A. R.; COTRIM, D.. A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf). Acesso em: 11 out. 2017.

OLIVEIRA, R. L. de. Pesquisa Sobre o Êxodo Rural e sua Interferência na Evasão Escolar no Distrito de Calógeras. 2011. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Educação do Campo, Universidade Federal do Paraná, Matinhos-PR, 2011. Cap. 4. Disponível em: [http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38589/R\\_-\\_E\\_-\\_RIVAIL\\_LUCAS\\_DE\\_OLIVEIRA.pdf?sequence=1](http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38589/R_-_E_-_RIVAIL_LUCAS_DE_OLIVEIRA.pdf?sequence=1) Acesso em: 13 out. 2017.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. Revista de Economia e Sociologia Rural [online], v. 53, n. 3, pp.517-528, 2015.Acesso em: 15 out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n3/1806-9479-resr-53-03-00517.pdf>

REVISTA COOPAVEL: Coopavel: a força que sustenta mais de 10 mil famílias. Cascavel: Coopavel, jul. 2017. Mensal. Edição 417. Acesso em: 07 set. 2017. Disponível em: <http://www.coopavel.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RevistaCoopavel-Ed417.pdf>

RIBEIRO, A. L. de P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON. Vol. 1, nº 01, 2013.

RIBEIRO, K. A. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI - Petrolina/PE. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2, ago. 2012. Brasília: SESCOOP, 2012. Disponível em:

[https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up\\_imagens/\(ok\)\\_ii\\_ebcp\\_avila\\_ribeiro.pdf](https://www.fearp.usp.br/cooperativismo/up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)

Acesso em: 19 out. 2017.

SIQUEIRA, A. E. S. S.; SARDENBERG, C. M. B. Mulheres Agricultoras: Experiências de Empoderamento na Bahia. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.

Itati. Prefeitura Municipal. História do Município. Acesso em: 07 set. 2017. Disponível em: <http://itati.rs.gov.br/historia>

MEDEIROS, M. ; TOZZI, M. X. . COOMAFITT: um dispositivo coletivo em construção e muitas possibilidades para o fortalecimento da agricultura familiar do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 2, p. 1, 2012.

SANTOS, A. O. dos et al. Cooperativismo Agrícola como Fator de Desenvolvimento e Minimização do Êxodo Rural no Cerrado Maranhense. In: Ciência Para Um Planeta Urbano, 18., 2014, Taubaté. **Anais...** .S.i: Univap, 2014. p. 1 - 6. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2014/anais/arquivos/0260\\_0250\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2014/anais/arquivos/0260_0250_01.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2017.

SPERRY, S. A importância da organização social para o desenvolvimento da agricultura familiar. Planaltina, DF: EMBRAPA, 2001. Acesso em: 07 out 2017. Disponível em: <http://www.clubedofazendeiro.com.br/Cietec/artigos/ArtigosTexto.asp?Codigo=97>

SANTOS, A. C. Trindade dos. Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2009. Cap. 3. Disponível em: [http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9344/arquivo284\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9344/arquivo284_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 out. 2017.

SCHNEIDER, S. A. abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SOUZA, H. R. dos S. et al. Internacionalização de Cooperativas por meio da Intercooperação. Estudo e Debate: em gestão e planejamento, Lajeado, v. 24, n. 2, p.192-210, 21 jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Elen/Desktop/1303-3184-1-PB.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.

COOMAFITT (Itati) (Org.). Blog da Coomafitt: História. Disponível em: <<http://coomafitt.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 09 out. 2017

ZWICK, E. Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas. 2011. 160 f. Dissertação Mestrado – Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2011. Cap.

2. Disponível em:  
[http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2326/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Fundamentos%20te%C3%B3ricos%20de%20gest%C3%A3o%20de%20cooperativas.pdf](http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2326/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Fundamentos%20te%C3%B3ricos%20de%20gest%C3%A3o%20de%20cooperativas.pdf) Acesso em:  
15 out. 2017



## APÊNDICES

## APÊNDICE I

### **Roteiro de entrevista para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

#### **Entrevista com: Sócio fundador (Histórico)**

1. Qual o seu nome, idade, escolaridade, profissão?
2. Qual a sua relação com a Cooperativa e desde quando?
3. Como se iniciou o processo de iniciação da cooperativa (história)?
4. Quais os principais objetivos que pretendiam alcançar com a criação da cooperativa?
5. Quais as dificuldades encontradas para iniciar a cooperativa?

## APÊNDICE II

### **Roteiro de entrevista para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

#### **Entrevista com: Sócio produtor**

1. Qual o seu nome, idade, escolaridade, local de nascimento e local de moradia?
2. Seus pais trabalhavam na agricultura? Você sabe dizer como era a vida no campo no tempo deles (modo de vida, de trabalho, renda, dificuldades, etc).
3. Qual é a sua composição familiar, (pais e irmãos) idade, grau de instrução e residência atual?
4. Quais as atividades, funções e ocupação dos integrantes da família?
5. Qual é a área da propriedade rural, e qual é o regime de posse?
6. Quais são as culturas e criações com fins comerciais e de autossustento produzidas na propriedade?
7. Como é a repartição dos ganhos econômicos gerados com as atividades produtivas em sua propriedade?
8. Quais são as benfeitorias da família na unidade produtiva e o estado de conservação delas?
9. Qual é a renda aproximada da unidade produtiva antes e depois do seu ingresso na cooperativa?
10. Em seu ponto de vista, a família possuía toda infraestrutura e bens materiais necessários para garantir a permanência de todos os integrantes na unidade produtiva (energia, água,

transporte, internet...)? Nesse sentido, alguma coisa mudou depois que você ingressou na cooperativa?

11. Alguém na sua família ou uma pessoa próxima já teve que deixar de viver no campo para tentar a vida na cidade? Quais foram os principais motivos?
12. No seu ponto de vista, quais são os principais fatores que provocam o êxodo rural na região?
13. Como a cooperativa tem contribuído para transformar a realidade no meio rural?
14. Como era a forma de cultivo em sua propriedade antes de ser associado?
15. O meio de produção e cultivo alterou com a participação na cooperativa?
16. Como você conheceu a cooperativa e o que o motivou a se tornar um associado?
17. Em sua opinião, quais são os principais avanços que a cooperativa tem proporcionado aos seus associados?
18. O que você acha que deveria mudar na gestão da cooperativa e por quê?
19. A cooperativa é reconhecida publicamente como um caso de sucesso. Na sua opinião, o que tem provocado esse sucesso? Quais são os fatores que levam a esse reconhecimento da cooperativa?
20. Como é feito hoje o acesso a assistência técnica?
21. Como você vê a evolução do associativismo em sua localidade?
22. No seu ponto de vista quais as vantagens ou desvantagens de pertencer a uma cooperativa?

23. Qual a expectativa de sua família em relação à Cooperativa?
24. Você já realizou algum curso de formação ou capacitação pela Cooperativa? Como foi essa experiência e o que você aprendeu de positivo?
25. Como funcionam as reuniões da cooperativa? Como são tomadas as decisões? Com que frequência você participa?
26. Como você percebe a sua atuação na cooperativa?
27. Você sabe como funciona a gestão da cooperativa? Saberias explicar esse funcionamento? Em sua opinião, essa gestão é satisfatória ou precisa melhorar? Por quê?
28. Para você o que é desenvolvimento rural? Esse desenvolvimento tem acontecido na região? Em caso afirmativo, como isso tem ocorrido e por quê?
29. Você como associado, se liga a cooperativa através de quais atividades?
30. Estas atividades fazem com que sua participação seja considerada ativa na tomada de decisões, na gestão, na organização e operações da cooperativa?
31. Quais são os principais programas desempenhados pela cooperativa?
32. Como estes programas interagem com sua realidade e da sua família?
33. Você acha que estes programas contribuem para o desenvolvimento da cooperativa, no que se refere ao crescimento que ela tem hoje?
34. Quais são as organizações externas com as quais a cooperativa mantém vínculo?
35. Estas relações agregam valor ao sucesso da cooperativa?

36. Como estas relações reagem frente ao desenvolvimento das famílias associadas?
37. Em sua opinião, a forma que cooperativa tem executado sua estratégia de desenvolvimento está ligada ao desenvolvimento local e regional?
38. Quais são estas ações?

### APÊNDICE III

#### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

##### Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

**NOME:** \_\_\_\_\_

**RG/CPF:** \_\_\_\_\_

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**COOPERATIVISMO RURAL EM ITATI: MODELO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “COOPERATIVISMO RURAL EM ITATI: MODELO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL”** – *do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo ” Compreender como os processos de gestão organizacional da cooperativa interferem no desenvolvimento dos associados e no desenvolvimento rural do município de Itati”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Meri Elen Witt dos Santos” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, (  ) **AUTORIZO** / (  ) **NÃO AUTORIZO** a minha identificação

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

**Assinatura** \_\_\_\_\_

**Itati, / /2017**